



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGECO)

Djane Oliveira Ferreira

**Educação a distância e tecnologias aplicadas a educação superior –
um estudo de caso no CEAD**

Brasília, DF
2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGECO)

DJANE OLIVEIRA FERREIRA

**Educação a distância e tecnologias aplicadas a educação superior –
um estudo de caso no CEAD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Tatiane Regina Petrillo Pires de Araújo

Área de Concentração: Gestão Econômica de inovação Tecnológica

Brasília, DF
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

FERREIRA, Djane Oliveira

Educação a distância e tecnologias aplicadas a educação superior
- um estudo de caso no CEAD/ Djane Oliveira Ferreira; orientadora
Professora Doutora Tatiane Regina Patrillo Pires de Araújo. -- Brasília,
2023.

85 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília,
2023.

1. Educação a Distância; 2. Tecnologias de Informação; 3. Legislações I.
Araújo, Professora Doutora Tatiane Regina Patrillo Pires de, orient. II.
Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

DJANE OLIVEIRA FERREIRA

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS APLICADAS A EDUCAÇÃO SUPERIOR – UM ESTUDO DE CASO NO CEAD

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovado em:

Comissão Avaliadora:

Prof.^a Dra. Tatiane Regina Petrillo Pires de Araújo – Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Economia - UnB

Professora Titular

Prof. Dr. Antônio Nascimento Junior – Membro Interno

Departamento de Administração – UnB

Examinador Interno

Prof.^a Dra. Maria Cristina Pegorin – Membro Externo

Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Examinadora Externa

Prof. Dr. Roberto de Góes Ellery Júnior

Programa de Pós-Graduação em Economia - UnB

Examinador Interno - Suplente

Brasília, DF
2023

À minha mãe Maria Verenice Oliveira Ferreira (*in memoriam*) e ao meu pai Luiz Ramos Ferreira (*in memoriam*), por acreditar que a educação pode mudar o futuro das pessoas, apesar que os meus pais nem foram alfabetizados. Gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dra. Tatiane Regina Patrillo Pires de Araújo, que me deu o apoio necessário para concluir essa pesquisa, apesar de em alguns momentos não conseguir evoluir na escrita, mas, com paciência, ela acreditou em mim.

Um agradecimento especial à minha amiga Thaysa, que sempre me incentivou, não só neste trabalho mas em outros momentos importantes na minha vida.

Agradeço à UnB pela oportunidade de oferecer aos técnicos um Mestrado Profissional.

Agradeço, com muito carinho, todos os professores deste curso, bem como aos meus colegas de turma.

Quero também agradecer aos colegas que sempre me deram suporte, incentivos e, o mais importante, coragem para enfrentar os desafios deste curso, em especial Salvador, Silmar e Lena e aos demais companheiros do Grupo “Fundo de Ouro”: Diego, Fernanda, Rafaela Moura, Rodrigo, Rosilene, Pedro Ivo e Thiago.

Aos amigos que sempre tiveram um tempinho para me ajudar: Rejane, Junior e José.

Ademais, agradeço a todos os amigos que direta ou indiretamente me ajudaram no desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço a Deus e a São Miguel Arcanjo por estarem comigo nos momentos de dor, esperança, alegria e em fases difíceis.

Enfim, agradeço à minha filha Beatriz, a motivação para a conclusão deste estudo!!

Sou eternamente Grata!!!

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar as legislações para a implementação do ensino a distância na Universidade de Brasília com o apoio do órgão administrativo CEAD. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica. Nela foi possível identificar os estudos de Moran (2003), Martins (2019) e Gomes (2009), alguns dos autores abordados nesta pesquisa, que indicam a importância do aprimoramento do ensino a distância no Brasil. Para a coleta de Dados procedeu-se uma análise documental dos Relatórios Anuais da Universidade de Brasília no período de 2017 a 2022, fornecidos pelo Decanato de Planejamento e Avaliação Institucional, e dos relatórios de Gestão do CEAD nos anos de 2019 a 2021. Os relatórios demonstram a oferta de cursos com o intuito de formação e produção de materiais didáticos para os docentes, discentes e servidores técnicos, vislumbrando o avanço do uso das tecnologias na propagação do ensino a distância na UnB. Na análise da pesquisa foi efetuado um estudo das principais legislações que regem a modalidade de ensino a distância no Brasil, com destaque para a Portaria nº 2117 de dezembro de 2019, que aborda a oferta de 40% de ensino a distância nos cursos de graduação. Desse modo conclui-se que o CEAD desempenha um papel fundamental na promoção da educação a distância e na oferta de cursos de ensino, extensão e pesquisa. A UnB utiliza plataformas de aprendizagem online, sistemas de gestão de cursos, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos multimídia interativos. Essas ferramentas proporcionam aos alunos uma maior flexibilidade no acesso aos conteúdos, facilitam a interação entre estudantes e professores e estimulam a colaboração e o engajamento. A equipe do CEAD tem demonstrado comprometimento com a qualidade da educação a distância, investindo em capacitação de docentes e tutores, buscando constantemente inovações tecnológicas e oferecendo suporte eficiente aos estudantes. Além disso, o centro tem estabelecido parcerias e convênios com outras instituições, ampliando o alcance de suas ações e fortalecendo o intercâmbio de conhecimentos.

Palavras-Chaves: Educação a Distância; Tecnologias de Informação; Legislações.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the legislation for the implementation of distance learning at the University of Brasília with the support of the administrative body CEAD. The research was identified through bibliographical research, it was possible to identify the studies of Moran (2003), Martins (2019) and Gomes (2009), these were some authors addressed in this research, which indicate the importance of improving distance learning in Brazil. For data collection, a documental analysis was carried out of the annual reports of the University of Brasília from 2017 to 2022, provided by the Decanate of Planning and Institutional Evaluation, CEAD Management reports in the years 2019 to 2021. offer of courses with the aim of training and production of teaching materials for teachers, students and technical staff, envisioning the advancement of the use of technologies in the propagation of distance learning at UnB. Aiming to carry out an analysis of the research, a study was carried out of the main legislation that governs the modality of distance learning in Brazil, with emphasis on ordinance n°. 2117 of December 2019, this ordinance addresses the offer of 40% of distance learning in undergraduate courses. Thus, it is concluded that CEAD plays a key role in promoting distance education and offering teaching, extension and research courses. Unb uses online learning platforms, course management systems, virtual learning environments and resources interactive multimedia. These tools provide students with greater flexibility in accessing content, facilitate interaction between students and teachers and encourage collaboration and engagement. The CEAD team has shown commitment to the quality of distance education, investing in the training of teachers and tutors, constantly seeking technological innovations and offering efficient support to students. In addition, the center has established partnerships and agreements with other institutions, expanding the scope of its actions and strengthening the exchange of knowledge.

Keywords: Distance Education; Information Technologies; Legislations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo dos Ambientes de Aprendizagem	38
Quadro 2 – Documentos Pesquisados	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atividades de Extensão Desenvolvidas no CEAD em 2021	52
Tabela 2 – Atividades de Extensão Desenvolvidas no CEAD em 2020	52
Tabela 3 – Atividades Desenvolvidas no CEAD em 2019.....	53
Tabela 4 – Atividades de Extensão Desenvolvidas no CEAD em 2018	55
Tabela 5 – Atividades Desenvolvidas no CEAD em 2017.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ABT	Associação Brasileira de Teleducação
A3M	Aprendizagem para o 3º Milênio
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD	Centro de Ensino a Distância
CMS	<i>Content Management System</i>
CNE	Conselho Nacional de Educação
CREDOC	Programa de Crédito Educativo
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DEX	Decanato de Extensão
DPG	Decanato de Pós-Graduação
DPI	Decanato de Pesquisa e Inovação
DPO	Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional
EaD	Ensino a Distância
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FRM	Fundação Roberto Marinho
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
IPAE	Instituto de Pesquisas e Administração da Educação
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LMS	<i>Learning Management System</i>
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
Nied	Núcleo de Informática Aplicada à Educação
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional
PNAD	Programa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação

PROUNI Programa Universidade para Todos
REUNIPrograma de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SERES Secretaria de Regularização e Supervisão da Educação Superior
SESC Serviço Social do Comércio
TIC Tecnologia de Informação e Comunicação
UAB Universidade Aberta do Brasil
UnB Universidade de Brasília
Unicamp Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 OBJETIVOS	15
1.1 Objetivo Geral	15
1.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Justificativa	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 A democratização do ensino superior	18
2.2 Breve Histórico da Educação a Distância (EAD) no Brasil	22
2.3 O Desenvolvimento da EaD	25
2.4 Marco Regulatório da EaD no Brasil	29
2.5 Tecnologias Aplicadas ao Ensino a Distância	34
2.6 Vantagens e Desvantagens do Uso das Tecnologias de Informação Aplicadas ao Ensino Superior	39
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	43
3.1 Procedimento de Coleta	44
3.1.1 Entrevista Semiestruturada	45
3.2 Procedimento de Análise	47
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
4.1 Unidade de Caso	47
4.1.1 Atuação do CEAD	48
4.1.2 Estatísticas dos cursos de Extensão e Pós-Graduação desenvolvidos pelo CEAD de 2017 a 2021	51
4.2 Plataformas utilizadas no âmbito da graduação a distância	57
4.3 Legislação no Ensino a Distância	59
4.4 Percepção da Gestão do CEAD	61
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	69
ANEXO	79

INTRODUÇÃO

A análise das estratégias adotadas para a implantação do ensino a distância, levando em consideração as regulamentações vigentes no Brasil, mostra uma preocupação com o desenvolvimento na educação do país. Isso sugere um enfoque importante na análise da legalidade e da efetividade das práticas adotadas, visando garantir a qualidade e a adequação do ensino a distância dentro do contexto brasileiro

No Brasil, tal inquietação tem raízes na notória desigualdade histórica que resiste no contexto brasileiro. Essa desigualdade remonta ao período colonial, aos processos de democratização e às políticas públicas voltadas a formação dos desfavorecidos, seja pelo interesse na manutenção de determinadas classes de trabalho, seja pelo interesse em promover a ascensão social daqueles pelos quais existe uma dívida histórica — como nota-se na implementação de cotas raciais.

O acesso à educação teve grandes avanços nos últimos anos, no entanto ainda tínhamos em 2019 quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Portanto, passar por essa análise histórica e analisar os fatos que determinaram nossa realidade educacional é importante para o entendimento do cenário atual, pois a educação colabora para o discernimento das ideias e é fundamental para o desenvolvimento da vida humana. O aprender, seja na infância ou na fase adulta, é indispensável para a evolução de um país.

As tecnologias utilizadas no ensino a distância servem para acolher e avançar no conhecimento. Nesse sentido, a *internet* foi primordial para difundir o Ensino a Distância (EaD). Ele, somado ao aprimoramento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), permitiu que milhares de pessoas possam aprender ou pelo menos ter a oportunidade de obter um ensino mais democrático, que garanta melhores condições de sobrevivência no futuro.

Diante desse contexto, entende-se que há necessidade de mais investimentos dos Governos em políticas públicas de EaD, afinal o Ensino a Distância é uma forma de democratizar o ensino, além de prover uma melhoria na educação da comunidade.

Portanto, pretende-se com esta pesquisa analisar e investigar o desenvolvimento do ensino a distância na Universidade de Brasília, efetuando um estudo de caso dentro do Centro de Ensino a Distância (CEAD/UnB).

Cabe destacar que o CEAD tem como missão: “Promover a Educação a Distância na UnB, visando a oferta de ensino de referência social, com ações integradas por metodologias ativas, tecnologias digitais da informação e comunicação e mediadas por práticas pedagógicas inovadoras.” (CEAD, 2022)

Esse formato de ensino propicia a acessibilidade que as características típicas da desigualdade educacional no Brasil exigem. Embora o direito à educação — garantido por força da Constituição Federal de 1988 em seu artigo sexto, e subsidiado por leis posteriores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) — assegure que todos tenham oportunidades de acesso efetivo e de qualidade, nas etapas e níveis adequados para uma aprendizagem plena e que garanta oportunidades e formação cidadã, esse ainda é um trabalho que nossa sociedade precisa enfrentar e aperfeiçoar usando todas as ferramentas disponíveis.

Nesse contexto, a EaD é um meio acessível para os diversos níveis e que se demonstrou um instrumento de democratização particularmente notório no ensino superior do Brasil. A EaD tem ajudado a mitigar dificuldades sociais, econômicas e culturais, proporcionando a ampliação dos métodos pedagógicos e a redução dos desafios de acesso, a ponto de hoje ser um dos pilares para a busca efetiva do direito fundamental da educação e desenvolvimento social, cultural, político e econômico.

Vale ressaltar que a Educação a Distância, em sua legislação específica — o Decreto 5.622 de 2005 — é caracterizada como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005)

Uma definição mais didática pode ser encontrada em Moran (2003, p. 3), que relata:

A educação presencial e a distância começam a ser fortemente modificadas e todos nós, organizações, professores e alunos somos desafiados a encontrar novos modelos para novas situações. Ensinar e aprender, hoje, não se limita ao trabalho dentro da sala de aula. Implica em modificar o que fazemos dentro e fora dela, no presencial e no virtual, organizar ações de pesquisa e de comunicação que possibilitem continuar aprendendo em ambientes virtuais, acessando páginas na Internet, pesquisando textos, recebendo e enviando novas mensagens, discutindo questões em fóruns ou em salas de aula virtuais, divulgando pesquisas e projetos.

Diante do contexto mencionado, o objetivo deste trabalho é analisar a atuação do Centro de Ensino a Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, a UnB

oferece cursos de graduação na modalidade a distância (EaD) por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), com apoio da Capes. Esses cursos de licenciatura e especialização *lato sensu* estão disponíveis em 52 municípios e no Distrito Federal, abrangendo todas as regiões geográficas do Brasil.

Assim, a pergunta que norteou o estudo de caso foi: de que maneira o Centro de Educação a Distância (CEAD) da UnB tem se desenvolvido, e qual tem sido a sua efetividade na implementação da oferta de cursos de extensão, graduação e pós-graduação, levando em consideração a conformidade com as legislações vigentes no Brasil?

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

Analisar a efetividade do Centro de Ensino a Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB) no contexto do ensino à distância no Brasil, o desenvolvimento da educação a distância na UnB e as ações do CEAD em conformidade com as normativas vigentes.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Efetuar pesquisa bibliográfica nas principais regulamentações e estudos acadêmicos preliminares que versam sobre o ensino à distância no Brasil;
- b) identificar o desenvolvimento da educação a distância na Universidade de Brasília (UnB);
- c) analisar o trabalho realizado no CEAD no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à EaD em conformidade com as normativas vigentes.

1.3 Justificativa

O aprimoramento constante do ensino é parte do processo educacional. Na contemporaneidade tal movimento, antes percebido especialmente nos modelos presenciais de ensino, tornou-se notadamente emergente no modelo a distância. Segundo Moore (2008), aprimorar os modelos educacionais na educação a distância vai além de ser uma ferramenta dinâmica; é uma estratégia que promove a democratização do acesso. Essa constatação

impulsionou o estudo atual como uma forma de melhor compreender a literatura dedicada ao ensino à distância, reconhecendo-o como um resultado desse constante aprimoramento.

Outro subsídio que justifica o presente estudo é a quantidade crescente de alunos que tem buscado essa modalidade para o desenvolvimento de seus estudos nos últimos anos. De acordo com os dados que fazem parte do Censo da Educação Superior 2020, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC), houve um aumento no ingresso de alunos nos cursos a distância em relação à modalidade presencial. A pesquisa apontou que existiam 2.457 instituições de educação superior no Brasil, na data de referência do censo. Dessas, 2.153 (87,6%) são privadas e 304 (12,4%), públicas. As instituições privadas registraram 3,2 milhões de ingressantes, o que corresponde a 86% do total. No período entre 2010 e 2020, a rede privada cresceu 89,8% - índice bem superior aos 10,7% da rede pública.

Segundo o Censo, a oferta de vagas em EaD em 2020 também foi superior, representando um aumento de 30% (13,5 milhões) em relação à 2019, enquanto os cursos presenciais em todo ensino superior avançaram 1,3%. Com esse aumento percebe-se que a EaD é uma ferramenta que colabora com a evolução do ensino, junto com novas tecnologias difundidas dentro do ambiente virtual. Portanto, esse processo é um dos pontos importantes para a democratização do ensino para aqueles que não tiveram oportunidades de ter acesso a uma educação.

Necessário destacar que, por outro lado, uma interpretação inadequada de mercado fomentou um entendimento de que o ensino a distância era destinado a pessoas de baixa renda que não tinham condições de frequentar as instituições por trabalharem o dia inteiro e não terem como se locomover para uma universidade ou para um curso específico. Mas não é exatamente isso. De acordo com a contextualização de Demo (1994), a EaD provavelmente constituirá uma nova forma de ensino e com o uso de ferramentas tecnológicas que serão implementadas futuramente:

A educação à distância será parte natural do futuro da escola e da universidade. Valerá ainda o uso do correio, mas parece definitivo que o meio eletrônico dominará a cena. Para se falar em educação à distância é mister superar o mero ensino e a mera ilustração. Talvez fosse o caso distinguir os momentos, sem dicotomia. Ensino à distância é uma proposta para socializar informação, transmitindo-a de maneira mais hábil possível. Educação à distância, por sua vez, exige aprender a aprender, elaboração e conseqüente avaliação. Pode até conferir diploma ou certificado, prevendo momentos presenciais de avaliação. (DEMO, 1994, p. 60).

Segundo Borba (2010), um aspecto relevante a ser considerado é a transformação provocada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na década de 90, que despertou na expansão de sua utilização na modalidade de ensino a distância. Nesse período, foi promulgada a primeira legislação brasileira específica para a EaD, a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a qual incorporou dispositivos relacionados ao credenciamento de instituições, regulamentação do registro de diplomas e estabelecimento de controle e avaliação de programas de EaD.

Conforme Filatro (2008), o progresso das Tecnologias de Comunicação e Informação (TCIs) tem possibilitado um acesso mais rápido ao conteúdo educacional por meio de plataformas digitais de aprendizagem. Essas plataformas, que incluem recursos como aulas em vídeo, áudio, videoconferências, bate-papos, fóruns e bibliotecas digitais, têm mostrado resultados positivos. Além disso, ressalta-se a adaptabilidade dessas plataformas, que podem ser personalizadas de acordo com as necessidades dos alunos, professores e instituições de ensino.

Por fim, ao longo dos anos tem-se percebido que o uso de tecnologias no Educação a Distância (EaD) proporciona a superação de obstáculos inerentes a esse modelo educacional, uma vez que esse pode estar condicionado à separação física ou temporal entre discentes e professores (LITTO, 2009). As vantagens que os discentes podem ter com o ensino a distância mediado por TICs são: autonomia de verificar o conteúdo estudado; troca de experiências com alunos e professores; acesso às aulas em outras ocasiões; acesso ao material didático em qualquer local e horário.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico que serviu de base para este trabalho, dividido nos seguintes tópicos: a democratização do ensino superior; breve histórico da Educação a Distância (EaD) no Brasil; o desenvolvimento da EaD; o marco regulatório da EaD no Brasil; tecnologias aplicadas ao ensino a distância; e as vantagens e desvantagens das tecnologias de informação aplicadas ao ensino superior.

2.1 A democratização do ensino superior

O Brasil quando era uma Colônia portuguesa e quando era uma monarquia governada pela família real portuguesa não possuía nenhuma universidade. Somente no início do século XX que o país criou sua primeira universidade, pois os portugueses tinham como objetivo oferecer bolsas de estudos e não investir na educação dos colonos naquele momento.

Para Soares *et al.* (2002):

No período imperial, apesar das várias propostas apresentadas, não foi criada uma universidade no Brasil. Isto talvez se deva ao alto conceito da Universidade de Coimbra, o que dificultava a sua substituição por uma instituição do jovem país. Assim sendo, os novos cursos superiores de orientação profissional que se foram estabelecendo no território brasileiro eram vistos como substitutos à universidade (SOARES *et al.*, 2002, p. 26).

No período colonial quem era responsável pela educação eram os jesuítas, porém aqueles que tinham uma condição abastada iam estudar em Portugal. O ensino formal, a cargo da Companhia de Jesus, educava os filhos dos colonos e catequisava os indígenas.

Portanto, podemos observar que a educação não era uma prioridade durante o Brasil Colônia. Nessa fase, conforme afirma Aranha (2006), houve um aumento de procura ao acesso a escola por parte dos mestiços, porém os jesuítas haviam proibido as matrículas, alegando que esses indivíduos eram pessoas que provocavam arruaças.

Dessa forma, pode-se constatar que já havia um interesse por parte da classe dominante em que as pessoas que não tinham condições financeiras de acesso à educação fossem excluídas desse processo.

No período do Brasil Colônia, a grande maioria dos indivíduos não era instruído ou culto, haja vista que a maioria da população não era alfabetizada. Entretanto, a classe dominante era formada por bacharéis ou profissionais liberais. Enquanto permaneceu como Colônia, Portugal não permitiu a criação de um sistema popular de ensino no Brasil, segundo Marcílio (2005).

Após a chegada da família real portuguesa ao país, em 1808, promoveu-se grandes mudanças na educação do Brasil. Entre elas, destaca-se o surgimento dos cursos superiores, embora, nesse momento, eles fossem baseados em aulas práticas com o objetivo profissionalizante. Conforme Oliveira (2004) afirma, os cursos destinados a preparar médicos-cirúrgicos do Rio de Janeiro e da Bahia foram o embrião das primeiras Faculdades de Medicina.

Nesse sentido, Cunha (2011) faz uma reflexão a respeito das instituições de ensino superior:

O ensino superior brasileiro como o conhecemos hoje não descendeu, em nenhum aspecto, do enorme edifício que os jesuítas erigiram na colônia. As instituições de ensino superior atualmente existentes resultaram da multiplicação e da diferenciação as instituições criadas no início do século XIX, quando foi atribuído ao Brasil o status de Reino Unido a Portugal e Algarve. Ao fim do período colonial, o ensino superior sofreu, no Brasil, uma tardia refundação. (CUNHA, 2011, p. 153).

Necessário falar do Decreto nº 19.851/1931, que define:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Esse decreto também especificou como as Universidades seriam constituídas e a definição para o acesso aos cursos superiores.

Após o Decreto de 1931, em 1968 ocorreram importantes mudanças no Ensino Superior. Entre outras determinações, a Lei nº 5540/68 criou as Instituições de Ensino Superior Privadas, bem como declarou a autonomia econômica e didático-científica das universidades públicas.

Martins (2009) contextualiza essa mudança no ensino universitário da seguinte forma:

A Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. (MARTINS, 2009, p. 16)

Após essa reforma, na década de 1970 houve um aumento das instituições privadas de ensino superior, de forma que em 1976 foi elaborado o primeiro programa de crédito, chamado *Programa de Crédito Educativo* (CREDUC), destinado aos alunos que não tinham condição de arcar com as despesas na educação superior. Ou seja, foi um momento em que houve

investimento governamental em políticas sociais destinadas a expandir a oportunidade de acesso educacional à comunidade.

A respeito da questão de democratização do acesso aos estudos superiores, Dubet (2015) analisa que:

A noção de democratização do ensino superior, contudo, pode e deve ser entendida de muitas maneiras diferentes. Para além da simples massificação, é possível falar da democratização do acesso aos estudos superiores, perguntando-se que categorias sociais se beneficiaram da massificação. Outro critério, o da democratização interna, diz respeito às desigualdades internas do ensino superior: os estudantes são mais numerosos, mas acessam níveis muito desiguais nesse sistema. A análise dessas desigualdades internas dos sistemas de ensino superior levanta a questão da democratização como equidade dos procedimentos de seleção, ou, se preferirmos, da democratização como justiça (DUBET, 2015 p. 255).

Outra política pública governamental destinada a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos foi o *Programa de Financiamento Estudantil* (FIES). Criado pela Lei 10.260/2001, ele define que podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Após a elaboração do FIES, em 2005, com a Lei nº 11.096, elaborou-se o *Programa Universidade para Todos* (PROUNI), que tinha como objetivo oferecer bolsas de estudos integrais e parciais (50%) em cursos de graduação.

Dando continuidade ao acesso a Universidades, em 2007, por meio do Decreto nº 6.096/2007, deu-se início ao *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI), com as seguintes diretrizes:

I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007).

Dando continuidade às novas políticas dentro do sistema educacional, Santos (2011, p. 10) faz uma explanação do FUNDEB e do PDE:

- A instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB, em vigor desde janeiro de 2007, encaminha recursos para a toda a Educação Básica, substituindo o FUNDEF, que vigorou de 1997 até 2006.
- O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em 2007, diferentemente dos outros programas, constitui-se em uma espécie de programa guarda-chuva, sob o qual se alinham os demais programas e ações do governo para toda a educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior e pós-graduação). Pretende-se, ao que me parece, uma ação sistêmica por parte do governo.

Além dessas medidas, devemos incluir também a criação da Lei de Cotas que, junto com outras políticas públicas, fez com que mais pessoas tivessem acesso ao ensino superior nas universidades. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

De acordo com Souza e Brandalise (2017, p. 517), é necessária a utilização dessa lei para o ingresso nas universidades:

Muitos estudantes que não tinham condições de concorrer a uma vaga no ensino superior estão tendo a oportunidade de ingressarem universidades públicas em inúmeros casos graças a essas políticas, em particular as de ação afirmativa. A política de cotas é um exemplo de política de ação afirmativa e tem o objetivo de elevar o número de alunos negros e/ou oriundos de escola pública no ensino superior. Entende-se que se faz necessária uma democratização do ensino, possibilitando o fortalecimento do acesso, mas, principalmente, a permanência do estudante nesse nível de ensino. Tais condições que são, muitas vezes, negadas pela realidade social, necessidades como alimentação, transporte, moradia e aproveitamento educacional, tornam-se questões que inviabilizam a permanência de estudantes beneficiados por tais políticas.

Portanto, diante desse histórico, verificamos a importância de políticas públicas na educação visando a um ingresso de várias pessoas no ensino superior. Por outro lado, observa-se que mesmo com o aumento de universidades públicas e privadas muitos indivíduos continuam sem acesso a uma educação superior. A partir dessa lacuna, visando à democratização do ensino bem como à inclusão social, “a modalidade de estudos à distância no território nacional vem ganhando, a cada dia, mais adeptos, pois é uma forma de inclusão escolar que garante a privacidade e a integridade dos alunos em seu ambiente de estudo”. (TRINDADE; FRANÇA, 2005, p. 122-123)

2.2 Breve Histórico da Educação a Distância (EAD) no Brasil

Já vimos que o início do desenvolvimento do ensino superior no Brasil ocorreu com atraso em relação à Europa e aos países vizinhos. Oliveira (2004, p. 3) destaca que:

Somente com a chegada da família real e da corte lisboeta, em 1808, a paisagem cultural do Brasil começaria a mudar. O país passa a viver um ambiente de efusão cultural, em que se destacam a criação do Museu Real, do Jardim Botânico, da Biblioteca Pública e a Imprensa Régia. No setor educacional, surgem os primeiros cursos superiores, embora baseados em aulas avulsas e com um sentido profissional prático. Dentre eles, distinguem-se a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar (depois transformada em Escola Militar de Aplicação), que formavam engenheiros civis e preparavam a carreira das armas. Já os cursos médico-cirúrgicos do Rio de Janeiro e da Bahia foram o embrião das primeiras Faculdades de Medicina. Assinala-se ainda a presença da Missão Cultural Francesa, que possibilitou a criação da Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, em 1820.

Para Soares *et al.* (2002), o motivo para no período imperial não terem sido criadas universidades no Brasil e de existirem apenas cursos superiores de orientação profissional era que a universidade era vista pelos líderes políticos como uma instituição ultrapassada e obsoleta.

Ademais, Oliveira (2004) destaca que, no período final do império, o ensino era constituído por escolas primárias que atendiam a apenas 250 mil alunos, em um país que possuía 14 milhões de habitantes, dos quais 85% eram analfabetos. Existiam, na época, liceus provinciais nas capitais e colégios particulares nas cidades, além de alguns cursos para formação de administradores, políticos, jornalistas e advogados, porém esses cursos eram destinados a projetos elitistas.

Diante desse quadro de falta de oportunidades educacionais e da acentuada ausência de instituições capazes de oferecer formação à população brasileira, era natural e inevitável que, seguindo experiências realizadas em outros países, o Ensino a Distância fosse introduzido no Brasil com o objetivo de preencher essas lacunas.

Os autores Maia e Mattar (2007); Marconcin (2010); Rodrigues *et al.* (2010) *apud* Lucineia Alves (2011), relacionam alguns momentos relacionados à EaD que ocorreram no período de 1904 a 1967:

Em 1904 o Jornal do Brasil registrou anúncio de cursos de correspondência para datilógrafo; em 1923 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ofereceu cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia, iniciando assim a Educação a Distância pelo rádio; em 1934 foi instalada a Rádio-Escola Municipal no

Rio, em que os estudantes tinham acesso a folhetos e esquemas; em 1939 surgiu o primeiro instituto a oferecer cursos profissionalizantes a distância por correspondência; em 1941 surgiu o Instituto Universal Brasileiro, uma das mais importantes instituições de ensino por correspondência; também em 1941 surgiu a Universidade do Ar, que durou até 1944; em 1947 foi criada a Nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e pelo Serviço Social do Comércio (SESC), que teve duração até meados de 1961. Cabe destacar que, entretanto, o SENAC continua com a modalidade de ensino a distância.

No ano de 1959, a Diocese de Natal cria escolas radiofônicas, dando origem ao *Movimento de Educação de Base* (MEB); em 1962 é fundada, em São Paulo, a *Occidental School*, de origem americana, focada no campo de eletrônica; no ano de 1967, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública.

Para Alves (2009), pode-se dividir a EaD em três momentos: inicial, intermediário e outro mais moderno. No primeiro momento o ponto de partida foram as Escolas Internacionais (1904) e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. No momento intermediário, foram o Instituto Monitor (1939) e o Instituto Universal Brasileiro (1941). Já na fase mais moderna, houve três importantes organizações que influenciaram na história da EaD: a Associação Brasileira de Teleeducação (ABT), Instituto de Pesquisas e Administração da Educação (IPAE) e a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

Portanto, embora a ABT, o IPAE e a ABED tenham sido organizações que influenciaram o início da EaD, antes dessas organizações podemos rastrear a origem da EaD nos cursos profissionalizantes por correspondências, seguidos pela fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923, que proporcionou o sistema de difusão em curso no Brasil. Essa rádio era mantida pelo Estado.

Posteriormente, de acordo com Navarro (2014) e Corrêa (2005), a EaD continuou a se desenvolver nos seguintes momentos: em 1941 com o Instituto Universal Brasileiro e seus cursos por correspondência; em 1970 com o Projeto Minerva; em 1974 com a TVE do Ceará, que desenvolveu cursos de quinta a oitava série; em 1976 com o SENAC; em 1979 com a UnB e seus cursos veiculados por jornais e revistas; em 1991 com a Fundação Roquette Pinto; e em 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional iniciou a regularização da EaD.

Cabe destacar a importância da aprendizagem por meio da televisão. Um dos projetos que teve maior índice de aproveitamento do ensino a distância foram os *Telecursos*, criados

pela Fundação Roberto Marinho com uma proposta de massificar a educação de qualidade. Cruz (2017, p. 17) contextualiza:

O telecurso revelou a infinidade de pessoas que precisavam terminar seus estudos, mas não sabiam como. Homens, mulheres e jovens trabalhadores tinham ali, ao seu alcance, a educação. E todos ficavam de olho nesses programas. Na época do lançamento, houve um congestionamento nas linhas telefônicas das emissoras da Rede Globo por conta de professores, alunos (...), todos estavam interessados em obter mais informações, ávidos por conquistarem seus certificados, ávidos por uma nova vida.

Diante desse contexto, observa-se a evolução dentro do ensino a distância e a importância dessa modalidade para o desenvolvimento da educação no nosso país. Para Hipólito (2020, p. 3) “é neste sentido que o EAD pode dar uma importante contribuição, ampliando o potencial de acesso dos brasileiros à universidade, especialmente em estados e municípios com maior dificuldade de mobilidade para os estudantes.”

Percebe-se que o ensino a distância vem se destacando ao longo de vários períodos. Hoje o mundo está ligado pela rede mundial da *internet*, possibilitando a comunicação de várias pessoas ao mesmo tempo, com ferramentas digitais que conectam indivíduos com diversos interesses. Segundo Xanthopoulos (2018):

Nesta era digital com a integração de tecnologias de comunicação, educação e metodologias ativas, entre outros instrumentos faz-se jus crismarmos a EaD como Educação com aproximação Digital©. Com essa visão poderemos fazer novos marcos e instrumentos de qualidade, por exemplo, mais aderentes com a realidade da educação para o século XXI.

A importância do ensino a distância, para Noronha e Xavier (2003, p. 11), é que “a educação a distância nos dá o direito de aprender em qualquer lugar, a qualquer hora e em qualquer idade”, viabilizando um futuro melhor para diversas pessoas e fazendo com que o conhecimento seja disseminado por vários métodos de ensino.

A era da informação tecnológica transformou a EaD, que saiu do material impresso para as vídeoaulas. Hoje o aluno pode acessar todo conteúdo por um computador, em qualquer lugar que esteja, bastando que ele possua acesso à *internet*. Essa ferramenta é obrigatória para a democratização do ensino, auxiliando estudantes e professores, sem a necessidade de um local físico, e criando uma rede de acesso com o intuito de propagar o conhecimento para mais indivíduos.

Para Ribeiro e Hirano (2011, p. 4-5) o ensino a distância possui algumas vantagens:

- Eficácia: estimula a capacidade do aluno pensar independentemente, trabalhar, se aperfeiçoar e decidir por si;
- Flexibilidade: proporciona a flexibilidade de espaço e tempo. O tempo é um fator relevante no universo globalizado, caracterizado por acúmulo de trabalho e intenso tráfego nos grandes centros urbanos. A EaD permite, quanto aos requisitos de espaço, onde estudar, e, de tempo, quando estudar. Promovendo então, uma combinação entre estudo e trabalho;
- Promove a Inclusão Social: pode-se considerar a EaD, uma forma de promover a inclusão social, uma vez que beneficia portadores de necessidades especiais que tem dificuldades de se locomover. Com a EaD, essas pessoas passam a ter a oportunidade de estudar;

Após esse breve histórico da Educação a Distância, abaixo relacionamos algumas definições do ensino a distância extraída do livro da autora Belloni (2015, p. 25-26):

O termo educação a distância (Ead) cobre várias formas de estudo, em todos os níveis, que não estão sob a supervisão contínua e imediata de tutores presentes com seus alunos em salas de aula ou nos mesmos lugares, mas que não obstante se beneficiam do planejamento, da orientação e do ensino oferecidos por uma organização tutorial (HOLMBERG, 1977);

Ensino a distância é o ensino que implica a presença física do professor indicado para ministrá-lo no lugar onde é recebido, ou no qual o professor está presente apenas em certas ocasiões ou para determinadas tarefas (Lei francesa, 1971);

(...) É uma espécie de educação baseada em procedimentos que permitem o estabelecimento de processos de ensino e aprendizagem mesmo quando não existe contato face a face entre professores e aprendentes – ela permite um alto grau de aprendizagem individualizada (Cropley & Kahl, 1983).

2.3 O Desenvolvimento da EaD

O desenvolvimento do ensino a distância tem como premissa cinco gerações, de acordo com Moore e Kearsley (2008). Essa divisão ocorre da seguinte forma: a primeira foi a geração das correspondências; a segunda a da transmissão por rádio e televisão; a terceira foi a da Universidade Aberta; a quarta a da teleconferência; e a última a da *internet/web*.

A primeira geração solidificou-se com o início dos cursos profissionalizantes. No Brasil, um dos institutos mais importantes é o Instituto Universal Brasileiro, criado em 1941. Os cursos profissionalizantes desse Instituto eram realizados com material impresso enviado pelos correios, e tinham como público-alvo alunos sem acesso ao ensino presencial. Utilizava-se uma metodologia programada e a interação com o aluno era feita por meio da devolução do material impresso.

Palhares (2009) confirma que o primeiro registro de ensino a distância foi por meio da correspondência. Esse modelo usava o procedimento de tutoria mediada pelo correio, com troca de material impresso entre o professor e o aluno. Além disso, havia toda uma estrutura

organizacional necessária para realizar um curso a distância que é exemplificada por Palhares (2009, p. 48-49) da seguinte forma:

Perfil do aluno de ensino por correspondência; planejamento de cursos; diretoria; secretária; triagem; arquivos; controles e relacionamentos diferenciais; atendimento; correspondência; instrutores; editoria; tesouraria; marketing e catálogos e materiais informativos e expedição.

A segunda geração foi a da transmissão por rádio e televisão, nas décadas de 1960 e 1970. Para Bianco (2009), essa comunicação alcançava diferentes segmentos sociais, em razão de sua ampla cobertura geográfica e do aparelho de recepção ser acessível. O rádio tinha como características tecnológicas: transmissão efêmera, fugaz e sucessiva; recepção passageira e condicionada a horários específicos; interação condicionada à utilização de outros meios; ampla cobertura do sinal; baixo custo do aparelho e custo reduzido de produção em relação a outros meios. No processo de aprendizagem pelo rádio, os alunos inscreviam-se por meio das secretarias de ensino e acompanhavam as aulas pelo rádio, dispondo de material de apoio impresso.

Complementando a ideia da difusão do rádio na educação, Castilho (2011) destaca os seguintes marcos da história das emissoras de rádio brasileiras no período de 1922 a 1950: em 1922, o presidente Epitácio Pessoa fez um discurso no Dia da Independência que foi transmitido ao vivo. Em 1923, Edgard Roquette-Pinto e Henry Morize fundam a primeira rádio privada brasileira. Em 1926, deu-se o início da Rádio Mayrink Veiga. Em 1932, foi decretado o rádio como “serviço de interesse nacional e de finalidade educativa”. Em 1935, o Brasil assina um tratado de cooperação técnica em radiodifusão com países da América do Sul. Em 1940, o presidente Getúlio Vargas cria o programa *A Hora do Brasil*. Em 1950, o rádio já era um instrumento de sucesso no ensino formal, não apenas no Brasil mas em quase toda a América Latina (Colômbia, México e Venezuela), sendo utilizado como a nova ferramenta para o programa de ensino a distância.

No contexto da segunda geração, a predominância da televisão deu-se nas décadas de 1960 a 1970. Conforme Alves (2009), o principal expoente desse fenômeno é a Fundação Roberto Marinho, que criou alguns programas, como os *Telecursos*, que atenderam um número incontável de pessoas, por meio de mecanismos de apoio, com o propósito dos alunos obterem a certificação pelo poder público. A televisão foi um dos maiores precursores da EaD com o objetivo de levar o conhecimento a diversas pessoas em lugares distintos. De acordo com Alves (2009, p. 10):

Em 1972, é criado o Programa Nacional de Teleducação (Prontel), que teve vida curta, pois logo em seguida surgiu o Centro Brasileiro de TV Educativa (Funtevê) como órgão integrante do Departamento de Aplicações Tecnológicas do Ministério da Educação e Cultura. No início da década de 1990, as emissoras ficaram desobrigadas de ceder horários diários para transmissão dos programas educacionais, significando um grande retrocesso.

Na terceira geração o destaque é da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que surgiu com o objetivo de expandir, de forma regionalizada e democrática, a oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância. A UAB agrega Instituições Públicas de Ensino Superior (IES), com fomento parcial pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A UAB funciona graças ao: apoio de pólos presenciais para a realização de atividades acadêmicas dos cursos; uso de materiais didáticos e de recursos de mediação pedagógica *on-line*; e ao suporte acadêmico de professores e tutores. Para Mota (2009, p. 301):

Para tanto, o sistema UAB, agregado a várias ações e projetos do MEC, visa a propiciar o uso dos meios de comunicação e de tecnologia na educação, especialmente para a formação inicial e continuada de professores para a educação básica, com uma dimensão de expansão e atendimento que somente a EAD permite. [...] Ou seja, por meio da EAD, pode-se criar uma rede de aprendizagem significativa na qual o professor, o tutor, o professor-aluno interagem constantemente, vivenciando experiências inter e multidisciplinares, de construção coletiva e individual do conhecimento, desenvolvendo competências e habilidades, atitudes e hábitos, relativos tanto ao estudo e à profissão quanto a sua própria vida.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Castilho (2011) defende que esse sistema é formado com a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), viabilizando a universalização do acesso ao ensino superior e dando oportunidade à comunidade de dar continuidade aos seus estudos.

De acordo com Schenkel *et al.* (2013, p. 28), "a quarta geração foi caracterizada pela interação em tempo real a distância, por áudio e videoconferência, transmitidos por telefone Satélite, cabos e redes de computadores".

Po outro lado a teleconferência foi substituído pela videoconferência, que está mais próxima do presencial e permite que outros participantes situados em diferentes lugares possam se reunir com o uso de câmeras e som, vídeo e computadores. De acordo com Cruz (2009), na aula por videoconferência é possível ter basicamente duas situações: a aula mista em que o professor e o aluno se comunicam com os demais a distância, e o estúdio ou *desktop*, em o que professor ministra a aula direto de uma sala específica para alunos em várias localidades distintas.

A última geração, a quinta, baseia-se na *internet/web*. Essa importante evolução do ensino a distância veio para aprimorar e desenvolver o conhecimento com o uso das novas tecnologias, como, por exemplo, com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Esse ambiente utiliza-se das conexões em rede para possibilitar uma maior interação entre professores e alunos, e será abordado posteriormente.

Entretanto, apesar da EaD ter tido esse desenvolvimento, sabemos que existe um certo preconceito com a educação a distância, pois, no início, a EaD era utilizada por pessoas de baixa renda, conforme descrito por Mugnol (2009, p. 337):

a exemplo do que acontece nos dias atuais, as iniciativas de EAD eram tidas como de baixo nível, faziam parte das ideias de democratização do ensino, mas sofriam preconceitos e tinham o estigma de ser um ensino destinado às massas, à população marginalizada, para compensar os atrasos educativos provocados pelo modelo capitalista de desenvolvimento.

Concordando com esse pensamento de que a EaD sofre preconceito, Moran (2011, p. 45) afirma:

Ainda há resistências e preconceitos e estamos aprendendo a gerenciar processos complexos de EAD, mas cresce a percepção de que um país do tamanho do Brasil só conseguirá superar sua defasagem educacional por meio do uso intensivo de tecnologias em rede, da flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem, e da gestão integrada de modelos presenciais e digitais.

A educação a distância é destinada, muitas vezes, ao público que já cumpriu sua escolaridade básica e busca novas opções, seja para o aprimoramento profissional, para continuar seus estudos, ou para efetuar um curso de graduação a distância. Nesse contexto, observa-se o problema do uso das tecnologias, pois o aluno em alguns casos desconhece o uso do computador como um auxiliar do processo pedagógico. É nesse momento que se destaca a importância do preparo dos professores e das instituições responsáveis pelos cursos oferecidos a distância.

A EaD inicialmente foi regulamentada por meio da Lei nº 9394 de 1996, que em seu artigo 80 define que “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Portanto, houve um interesse por parte do Estado com o intuito de investir nesse novo método de ensino.

Porém, Mugnol (2009, p. 347) comenta:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, além de apresentar como fundamento os princípios da flexibilidade e da avaliação, apresenta, também, o princípio do respeito às iniciativas inovadoras, facultando a abertura de instituições e cursos em caráter experimental.

Apesar do Estado incentivar claramente a modalidade de Educação a Distância (EaD) na LDB de 1996, a partir de então a EaD passou a ser desenvolvida quase que exclusivamente pela iniciativa privada, tornando-se a modalidade de ensino que mais cresce no país. Importante destacar que desde então a modalidade tem sido objeto de discussão por parte dos estudiosos, das autoridades educacionais, das instituições de ensino, dos professores, dos alunos e da sociedade de modo geral.

2.4 Marco Regulatório da EaD no Brasil

Com a evolução do ensino a distância, fez-se necessária a normatização dessa modalidade, com o intuito de regulamentar as instituições. Como já dito, o marco inicial foi a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996, cujo artigo 80 trata especificamente da EAD. De acordo com Lobo Neto (2003, p. 399-400), as determinações da LDB podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- a) o Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância;
- b) o ensino a distância desenvolve-se em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada;
- c) a educação a distância organiza-se com abertura e regime especiais;
- d) a educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União;
- e) caberá a União regulamentar requisitos para realização de exames para registro de diplomas, mas relativos a cursos de educação a distância;
- f) caberá aos sistemas de ensino normatizar a produção, controle e avaliação de programas e autorizar sua implementação;
- g) poderá haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;
- h) a educação a distância terá tratamento diferenciado, que incluirá: custos reduzidos na transmissão por rádio e televisão; concessão de canais exclusivamente educativos, tempo mínimo para o Poder Público.

Após a normatização pela LDB de 1996, foi elaborado o Decreto nº 2.494/98, com alguns pontos importantes para o desenvolvimento das políticas públicas. Desses, Lobo Neto (2003, p. 403-404) destaca:

- a. conceituação de educação a distância como: - uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem; - com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados; (...)
- b. período de adaptação para cumprimento das exigências do Decreto, em relação às instituições que já oferecem cursos a distância: 1 (um) ano (até 11 de fevereiro de 1999);
- c. os certificados e diplomas obtidos em cursos de EAD em instituições estrangeiras (mesmo conveniadas com instituições brasileiras) “deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial (Art.6º);
- d. a “avaliação do rendimento do aluno para fins de promoção, certificação ou diplomação” (Art. 7º) [se dará]:
 - no processo;
 - por meio de exames presenciais que “deverão avaliar competências descritas nas diretrizes curriculares nacionais, quando for o caso, bem como conteúdos e habilidades que cada curso se propõe a desenvolver” (Art.7º, § Único).

Acerca do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, Gomes (2009, p. 22)

aponta:

estabelecimento de um conceito oficial de EAD (‘forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem com a mediação de recursos didáticos, sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação’). A opção era legítima juridicamente, pois se pretendia clarificar o conceito do que estava sendo regulamentado, contudo entrou em um terreno academicamente controverso e sujeito à rápida obsolescência;

essa ‘forma de ensino’ passava a ter regime especial, relativamente flexível, e abrangia todos os níveis e modalidades de ensino e de educação, exceto os programas de mestrado e doutorado, postergados para regulamentação específica;

o credenciamento da instituição do sistema federal de ensino, a autorização e o reconhecimento de programas de educação profissional e de graduação de qualquer sistema de ensino deveriam observar a legislação específica e a regulamentação a serem fixadas pelo ministro da Educação;

o credenciamento e a autorização de cursos eram limitados a cinco anos, renováveis após avaliação;

a matrícula no ensino fundamental para jovens e adultos, no ensino médio e na educação profissional, era feita independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação;

eram assegurados a transferência e o aproveitamento de estudos da educação presencial pela EAD e vice-versa construindo-se afinal, uma via de mão dupla;

a avaliação do rendimento dos alunos se realizava no processo por meio de exames necessariamente presenciais;

(...) às autoridades dos demais sistemas de ensino era delegada competência para credenciar as instituições no âmbito de suas atribuições, para oferta de cursos dirigidos à educação de jovens e adultos e ao ensino médio.

Dando continuidade à evolução do ensino a distância, o Governo Federal, em dezembro de 2005, criou o Decreto nº 5.622. Esse documento estabeleceu normas para o ensino a distância. Ao tratar dele, Giolo (2008, p. 1213-1214) destaca alguns itens importantes para o progresso da educação a distância:

- (a) O leque dos momentos presenciais obrigatórios se amplia, incluindo, além das avaliações, os estágios obrigatórios, a defesa dos trabalhos de conclusão de cursos e

atividades de laboratório (nos três casos, quando previsto na legislação ou quando for o caso) e serão realizados na sede da instituição ou nos pólos, estes também credenciados mediante avaliação.

(b) A EaD, quando se refere à educação básica, pode ser praticada apenas como complementação de estudos ou em situações emergenciais (essas situações estão definidas nos documentos em análise).

(c) A duração dos cursos a distância é a mesma dos cursos presenciais.

(d) Os exames presenciais serão elaborados pela própria instituição credenciada e prevalecerão sobre as outras formas de avaliação.

(e) Todos os acordos de cooperação serão submetidos ao órgão regulador do respectivo sistema de ensino.

(f) Instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência, poderão ser credenciadas para ofertarem cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e de tecnologia.

(g) O sistema federal credenciará também as instituições dos outros sistemas que desejarem ofertar cursos de educação a distância de nível superior e de educação básica, neste caso, quando sua abrangência ultrapassar o âmbito geográfico do respectivo sistema. As autorizações, reconhecimentos e renovação de reconhecimento dos cursos tramitarão apenas no âmbito dos respectivos sistemas de educação.

(h) A Lei do SINAES (n. 10.861/2004) aplica-se integralmente à educação a distância.

(i) As prerrogativas da autonomia das universidades e centros universitários são asseguradas também quanto se trata de EaD.

(j) Será dada publicidade, tanto pelos sistemas de ensino quanto pelas instituições, dos atos regulatórios referentes às IES e seus cursos.

Já Gomes (2009, p. 22-23) esclarece que o Decreto nº 5.622 conta com recuos e avanços:

Estabelece a obrigatoriedade de momentos presenciais não só para avaliações de estudantes, mas também para estágios, defesa de trabalhos e atividades laboratoriais, igualmente, obriga a criação de pólos no país ou no exterior;

Os resultados dos exames (presenciais) deverão prevalecer sobre os demais resultados da avaliação “no processo”, indo contramão da didática e da avaliação;

Inclui expressamente os diversos níveis e modalidades de educação, entre eles os cursos de e os programas de mestrado e doutorado, resultando em um significativo avanço;

Permite que as instituições de pesquisa de comprovada excelência solicitem credenciamento para oferta de cursos ou programa de pós-graduação;

recorre ao regime constitucional de colaboração para articular o Ministério da Educação e os diversos sistemas de ensino, a fim de delimitarem e entrosarem seus esforços nos processos de credenciamento, autorização e reconhecimento. Contudo, coloca como objetivo a ‘padronização de normas e procedimentos’. Interpretações incautas podem derrapar na direção da uniformidade, quando a constituição e a lei estatuem o regime federativo e a correspondente adequação às diferenças do país;

[...] dispensa as instituições que detêm prerrogativas de autonomia universitária da criação, organização e extinção de cursos ou programas de educação superior, porém não as isenta do credenciamento, conforme exigência da lei;

Equipara sob números aspectos a EAD à educação presencial, como na adoção de número fixo de vagas, definido pelo MEC, isto é, o regime de *numerus clausus*;

Aplica integralmente o sistema nacional de avaliação da educação superior, o SINAES, à educação superior a distância.

Após a elaboração desses decretos que normatizaram o ensino a distância, o Ministério da Educação, em maio de 2017, publicou o Decreto nº 9.057, que atualiza a legislação que regulamenta a EaD, define a oferta de pós-graduação *lato sensu* na modalidade EaD e autoriza

as instituições de ensino superior que obtêm o credenciamento EaD, sem a necessidade de credenciamento específico tal como na modalidade presencial. O Decreto estabelece, também, que o credenciamento exclusivo para cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade EaD fique restrito às escolas de governo, e regulamenta a oferta de cursos a distância para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio.

Além das legislações da LDB e dos decretos, verificamos também que o ensino a distância está inserido no Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Niskier (1999, p. 87- 92) apresenta o Capítulo 10 do PNE dedicado à educação a distância:

As novas tecnologias de comunicação e a crescente acessibilidade aos multimeios interativos alaram amplamente as possibilidades da Educação a Distância, promovendo uma efetiva democratização do acesso à informação, à cultura e ao ensino programado. (...) Ampliar os canais educativos televisivos e radiofônicos para a disseminação de programas culturais e educativos, assegurados às escolas e às comunidades condições básicas de acesso a esses canais. (...) Fortalecer e apoiar o sistema Nacional de Rádio e Televisão Educativa. Ampliar a oferta de programas de formação à distância para educação de jovens e adultos, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino fundamental, com especial consideração para o potencial dos canais radiofônicos e para o atendimento da população rural.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o PNE com vigência por 10 (dez) anos. Nesse plano estão inseridas as seguintes estratégias para a educação a distância:

10.3 fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;
(...)
11.3 fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade. (BRASIL, 2014)

Além dos decretos e das leis já citadas, outras normas foram criadas com o intuito de promover e normatizar o ensino a distância:

- a) Portaria Normativa nº 21 do MEC, de 13 de outubro de 2011: fixa critérios para a revalidação de diplomas concedidos por instituições estrangeiras, nos casos específicos de cursos oferecidos na modalidade de educação a distância (EaD).
- b) Instrução Normativa nº 1 da SERES/MEC, de 14 de janeiro de 2013: dispõe sobre os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD;

- c) Resolução nº 1 do CNE, de 11 de março de 2016: estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância;
- d) Portaria nº 347 do MEC, de 24 de abril de 2017: A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) poderá expedir atos autorizativos em caráter provisório, para credenciamento de polos de apoio presencial, em processos de aditamento ao ato de credenciamento EaD.
- e) Portaria Normativa nº 11 do MEC, de 20 de junho 2017: estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017;
- f) Portaria nº 275 da Capes, de 18 de dezembro de 2018: dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade a distância.

A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas a distância, dando a possibilidade de a comunidade ter acesso ao ensino a distância. Com a Portaria nº 301 de 1998, a instituição de ensino interessada em credenciar-se para oferecer cursos de graduação e de educação profissional em nível tecnológico a distância deverá apresentar solicitação ao Ministério da Educação, a ser protocolada no Protocolo Geral do MEC.

Com o incremento da educação a distância tanto no ensino básico quanto no ensino superior, o Governo Federal criou o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil. De acordo com o parágrafo único desse decreto, ficam estabelecidos os seguintes objetivos para a UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006)

Ou seja, o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído com o objetivo de expandir, de forma regionalizada e democrática, a oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância. Ele agrega instituições públicas de ensino superior (IES), com o fomento parcial pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e o apoio de polos presenciais para a realização de atividades acadêmicas dos cursos, com o uso de materiais didáticos e de recursos de mediação pedagógica *on-line* e com o suporte acadêmico de professores e tutores.

A UnB integra o Sistema UAB desde o ano de 2007, ofertando cursos de licenciatura e especialização *lato sensu* em 52 municípios e no Distrito Federal, em todas as regiões geográficas do Brasil.

É relevante salientar a importância da Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 2.117, datada de 6 de dezembro de 2019. Essa portaria concede autorização às Instituições de Ensino para incorporar a modalidade de Ensino a Distância (EaD) em seus planos pedagógicos de cursos presenciais, desde que a carga horária não exceda 40% do total do curso.

2.5 Tecnologias Aplicadas ao Ensino a Distância

A tecnologia é uma parte essencial para o desenvolvimento do ensino a distância. A primeira geração de EaD teve como base os cursos por correspondência, mas em seguida verifica-se o início do emprego de novas tecnologias, com o uso da televisão. Como já dito, o precursor nesse tipo de EaD foi o *Telecurso 2º grau*. O *Telecurso*, criado em 1978 pela Fundação Roberto Marinho (FRM), com o objetivo de ampliar o acesso à educação de centenas de milhares de brasileiros, levou educação de qualidade pela TV, com uma linguagem, formato e modelo de atuação inovadores.

De acordo com Niskier (1999, p. 307), o início dessa experiência foi feito em São Paulo, com três pontos básicos:

- 1) uma grande rede de emissoras de TV exibindo as aulas simultaneamente;
- 2) fascículos semanais, a preços acessíveis, nas bancas de quase três mil municípios brasileiros;
- 3) divulgação sistemática dos horários das teleaulas, da chegada dos fascículos às bancas e das inscrições para os exames supletivos, realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação.

Outro bom exemplo da importância da televisão para difundir o ensino a distância foram as atividades da TV Escola, no Piauí. O objetivo dessa iniciativa era desenvolver a

formação, o aperfeiçoamento e a valorização dos professores da rede pública, utilizando um canal de televisão exclusivo para a educação. A programação era transmitida por satélite e cada município recebia um *kit* tecnológico contendo: uma antena parabólica, um aparelho de televisão, um videocassete e fitas VHS. (NISKIER, 1999).

Após a televisão, houve uma mudança de cenário com o uso dos computadores e com o advento da *internet*, o que permitiu que o ensino a distância promovesse um avanço muito importante na vida dos indivíduos, proporcionando uma educação de fácil acesso bem como a possibilidade de aprender em qualquer ambiente com uso de equipamentos eletrônicos.

As TICs vieram para consolidar a educação a distância e propor facilidades para as pessoas como suporte para realização de atividades na educação, no âmbito profissional e em diversas áreas da sociedade.

De acordo com Almeida (2003, p. 203-204):

Os desafios da EAD são congruentes com os desafios do sistema educacional em sua complexidade, cuja análise implica identificar que educação se pretende realizar para quem se dirige, com quem será desenvolvida e com o uso de quais tecnologias. Não se trata de colocar a EAD em oposição à educação presencial e sim de estudar o entrelaçamento entre ambas, as mudanças que interferem em seu processo quando se utiliza a TIC. (...) A educação com o uso da TIC e a EAD por meio das TIC permitem aproximar elementos percebidos como irreconciliáveis à primeira vista tais como digital e analógico.

A partir do desenvolvimento das TICs foram criados sistemas de gerenciamento de conteúdo e aprendizagem, como, por exemplo: o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o *Learning Management System* (LMS), e o *Course Management System* ou *Content Management System* (CMS). Para Tori (2010, p. 129-130), os principais recursos encontrados nesses sistemas são:

gerenciamento do curso; gerenciamento de conteúdo; disco virtual; correio eletrônico; mensagem instantânea; sala de bate-papo; fórum de discussão; quadro de avisos; lousa virtual; compartilhamento de recursos; avaliação e apresentação do aluno.

Um dos Ambiente de Aprendizagem Virtual mais utilizados no Brasil, de acordo com Tori (2011, p. 131-132), é o *Blackboard*:

Blackboard: é um produto comercial, desenvolvido e comercializado por uma empresa privada de mesmo nome, fundada em 1977, seus custos variam de acordo com o número de alunos, forma de contratação e outros parâmetros, negociados caso a caso o Blackboard 5.5 é uma aplicação cliente-server, acessado remotamente pelos alunos com a utilização de um navegador da internet. Principais recursos desse sistema:

- customização: a interface do sistema pode ser customizada pela escola para atender às necessidades de seus cursos e à comunidade visual da instituição;
- [...] autoaprendizado: permite a criação de exercícios, com respectivos gabaritos e comentários, para que o aluno possa estudar e se autoavaliar;
- [...] trabalho off-line: conteúdos podem ser publicados em mídias de DVD-ROM e acessados pelos alunos tanto off-line, com sincronização, ou acessados dinamicamente por meio de links colocados no conteúdo on-line;
- Rastreamento dos alunos: oferece ao professor a consulta a relatórios, que podem ser exportados para planilhas, informando frequência de acesso às páginas de conteúdo e fóruns. O professor pode marcar atividades ou conteúdo para os quais deseja ter um acompanhamento de acesso dos alunos;
- Whiteboard: ferramenta que possibilita o compartilhamento de uma janela na qual todos os participantes (ou apenas aqueles que o professor autorizar) podem editar textos e desenhos simultaneamente; todos os participantes visualizam em tempo real o conteúdo da lousa branca.

Outra plataforma utilizada no ensino a distância é a *TelEduc*. Esse Ambiente Virtual de Aprendizagem é composto por um *software* livre e nacional desenvolvido pelo Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied) e pelo Instituto de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essa interface é baseada na *Web*, utilizando um navegador da *internet* para que o aluno tenha acesso à plataforma (Tori, 2011).

Os principais recursos do *TelEduc*, segundo Tori (2011, p. 137-138), são:

agenda que tem como propósito apresentar a programação do curso; as avaliações que podem ser programadas on-line e/ou cadastradas pelo professor; material de apoio contendo orientações e materiais complementares, leituras com textos disponibilizados pelos professores e outras ferramentas que podem auxiliar o aluno no momento de dúvidas, o fórum, bate-papo, grupos, o portfólio que possui links e arquivos contendo material dos participantes e por último o intermap que mostra graficamente as interações dos envolvidos que utilizam o bate-papo, fórum.

De acordo com o sítio eletrônico da Unicamp, o *TelEduc* foi descontinuado devido a cortes no orçamento em 2017, porém, por ser um *software* livre, o *TelEduc* pode ser continuado e instalado por grupos que tenham interesse em retomar seu desenvolvimento. O código fonte pode ser encontrado no repositório *GitHub*.

Outra plataforma de AVA citada por Tori (2011) é o *Connect PRO*. Uma plataforma com custo alto, seu consumo de banda de comunicação e sua exigência de potência de *hardware*, a torna um sistema caro para algumas instituições. Essa ferramenta, comercializada pela empresa *Adobe*, é usada para videoconferência via *web* e para atividades de *e-learning*. Os recursos do *Connect PRO* são semelhantes aos das plataformas apresentadas anteriormente, porém com algumas vantagens, como *chat* via texto, áudio e/ou vídeo com múltiplos usuários, e recurso para que o instrutor autorize ou bloqueie os participantes coletivamente ou

individualmente. Essas características deixam essa ferramenta muito interessante para trabalhos colaborativos síncronos.

Entretanto, a plataforma bastante utilizada no contexto do ensino a distância é o sistema *Modular Object-Oriented Dynamica Learning Environment* (Moodle), que é um sistema ou *software* que tem como objetivo reunir os exercícios, conteúdos e demais ferramentas de um curso e disponibilizá-lo virtualmente a uma turma matriculada. O *Moodle* foi criado em 2001 pelo educador e cientista computacional Martin Dougiamas, e é um *software* livre que pode ser utilizado e modificado por qualquer pessoa. A versão 1.0 foi lançada em 20 de agosto de 2002, e desde então está sendo atualizada, com constante disponibilização de novas versões acrescentando novos recursos e melhor desempenho.

O *Moodle* tem como objetivo facilitar e controlar o acesso aos usuários e possui regras para a utilização da plataforma:

1. Convidado - Usuários têm privilégios mínimos, podem ver as atividades do curso, mas não podem introduzir texto em qualquer lugar. Tal como acontece com todas as outras funções, os visitantes são obrigados a efetuar login no Moodle antes de acessar um curso;
2. Papel do estudante - Geralmente tem menos privilégios do que os professores de um curso. Eles podem submeter trabalhos para a classificação, fazer postagens em fóruns e, geralmente, participar de um curso. Os estudantes não podem editar qualquer uma das configurações do curso;
3. Papel do professor - Os professores podem alterar configurações de um curso, incluindo a mudança de atividades e classificação estudantes;
4. Papel autores de curso - Esse papel é possível criar um curso, designar professores, além de ter todos os privilégios de um professor;
5. Papel moderador - Interage e avalia cursos, não podendo modificar as atividades.
6. Função de Administrador - Pode fazer qualquer coisa e ir a qualquer lugar, tem a capacidade de alterar as permissões e criar novas funções. Recomenda-se que haja uma ou duas pessoas com a função de administrador. (RIBEIRO, 2010, p. 12).

Nesse contexto do uso de plataformas no ambiente virtual, temos também tecnologias interativas com diversas mídias que podem ser oferecidas aos profissionais de educação. De acordo com Tori (2010), essas mídias podem ter um formato digital, um número de formatos com padrões para uma mídia específica, os custos de produção são variados, podem ser criados de forma caseira ou profissional, podem ser produzidos e editados de forma industrial ou artesanal.

Apesar do uso de novas tecnologias no ensino a distância, verifica-se a importância do papel da mediação aluno-aluno e aluno-professor. O papel do aluno, visto como agente de interação social, o pensamento e o comportamento que vêm do meio social, os conceitos

espontâneos e mediado por especialista, todas essas informações são importantes para o desenvolvimento do aluno em um curso a distância (Vicari, 2003).

De acordo com Zuffo (2009), a importância da tecnologia da informação é a aquisição de conhecimento. O mais evidente é aprender a aprender sempre, portanto é necessário inovar para que os estudantes descubram suas habilidades e desenvolvam outras.

O Google Classroom é uma plataforma educacional *online* desenvolvida pelo Google que tem revolucionado a forma como os professores e alunos interagem e colaboram no processo de aprendizagem.

No contexto educacional brasileiro, o Google Classroom tem se mostrado uma ferramenta eficiente e de grande utilidade para escolas e instituições de ensino. Com recursos intuitivos e fáceis de usar, o Classroom permite que os professores organizem suas turmas de forma prática e digital, criando um espaço virtual de aprendizagem que se adapta às necessidades de cada estudante.

Em suma, o Google Classroom tem se consolidado como uma ferramenta de ensino-aprendizagem importante e eficaz no contexto educacional brasileiro. Com seu uso crescente, professores e alunos têm encontrado no Classroom uma plataforma versátil e facilitadora, que potencializa a colaboração, o engajamento e o acesso aos recursos educacionais.

O avanço das tecnologias tem proporcionado um cenário diversificado de ambientes de aprendizagem virtual, oferecendo opções para instituições educacionais e professores. Neste quadro comparativo, analisaremos três ambientes populares: Moodle, Blackboard e Google Classroom. Serão avaliados critérios importantes, como acessibilidade, nível de facilidade no uso, interfaces de comunicação, capacidade de organização e estruturação.

Essas informações ajudarão a compreender as características e os recursos oferecidos por cada ambiente, auxiliando na escolha do mais adequado para atender às necessidades educacionais específicas.

Quadro 1 – Comparativo dos Ambientes de Aprendizagem

Ambiente de Aprendizagem	Moodle	Blackboard	Google Classroom
Acessibilidade	Alta	Alta	Alta
Nível de facilidade no uso	Moderado	Moderado	Fácil
Interfaces de comunicação	Fóruns	Mensagens	Comentários

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de acessibilidade, todos os ambientes apresentam um alto nível, permitindo que os usuários possam acessar e utilizar as ferramentas de forma eficiente. Quanto ao nível de facilidade no uso, os três ambientes são considerados moderados ou fáceis, dependendo da familiaridade do usuário com as interfaces e recursos disponíveis.

No que diz respeito às interfaces de comunicação, o Moodle oferece fóruns e mensagens, o Blackboard possui mensagens instantâneas, e o Google Classroom permite comentários e mensagens instantâneas.

Em relação à capacidade de organização e estruturação, todos os ambientes possuem uma boa capacidade, permitindo a organização de atividades, recursos e informações relevantes para o curso.

Além desses critérios, é importante mencionar que o Moodle e o Blackboard oferecem recursos adicionais, como suporte a diversas atividades e recursos, módulos de *quiz*, *chat*, *wikis*, entre outros. O Google Classroom, por sua vez, possui integração com outras ferramentas do Google Workspace, como Google Drive, Docs, Sheets, etc.

2.6 Vantagens e Desvantagens do Uso das Tecnologias de Informação Aplicadas ao Ensino Superior

O uso das tecnologias no ensino a distância é importante para permitir o acesso e disseminação de informações, favorecendo o processo de ensino/aprendizagem, segundo Levy (1998, p. 24).

Poucas inovações tecnológicas provocaram tantas mudanças em tão pouco tempo na sociedade como as novas tecnologias de informação e comunicação – TIC. Dentro dessas mudanças está incluída a educação. Novas maneiras de pensar e conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações da informática.

Portanto, com o avanço da tecnologia no nosso cotidiano, a EaD tem evoluído no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o que faz com que se tenha vantagens e desvantagens na aplicação dessa tecnologia no ensino a distância. Segundo Kenski (1998, p. 59):

Com a evolução e a banalização das tecnologias eletrônicas de comunicação e de informação, a sociedade atual adquiriu novas maneiras de viver, de trabalhar, de se organizar, de representar a realidade e de fazer educação.

Com o advento do uso das TIC na EaD, Valente (2011) destaca que mesmo a disseminação da informação para um número maior de pessoas poderá causar um problema. Ele cita a abordagem *broadcast*, que pode ser definida como uma infraestrutura sofisticada com o uso da *internet*, recursos de teleconferência, materiais de apoio e suporte. Entretanto essa transmissão de informação nem sempre é válida para a educação dos indivíduos que fazem o uso dessa modelagem de ensino.

Ademais, Moran (2003) salienta que educar com tecnologia é um desafio, mesmo fazendo adaptações e pequenas mudanças, o aprendizado é constante e de forma flexível. Porém ele destaca que:

Estamos numa fase de transição na educação a distância. Muitas organizações estão se limitando a transpor para a virtual adaptação do ensino presencial (aula multiplicada ou disponibilizada). Há um predomínio de interação virtual fria (formulários, rotinas, provas, e-mail) e alguma interação on line (pessoas conectadas ao mesmo tempo, em lugares diferentes). Os cursos são muito empacotados, seguem fórmulas semelhantes, dão ênfase excessiva ao conteúdo e pouca à aprendizagem em pequenos grupos, à pesquisa significativa, à produção de conhecimento adaptado à realidade de cada aluno e grupo. (MORAN, 2003, p. 6)

Já Lessa (2011, p. 20) demonstra uma vantagem das tecnologias dentro do ensino a distância:

Desde o surgimento da EAD até os dias atuais, diferentes meios e tecnologias de informação e comunicação foram incorporados como suporte às propostas pedagógicas, tais como impressos, rádio, televisão e Internet, promovendo uma flexibilização do espaço e do tempo que oportuniza a formação adequada dos alunos.

O conhecimento por meio da informática transforma o conhecimento em não-material, flexível, rápido e indefinido, utilizando ferramentas por meio de suportes digitais, o discernimento por meio de *links* e redes hipertextuais. Com um simples clique do *mouse* o aprendiz/aluno tem a possibilidade imediata de acesso ao conteúdo da informação, porém há necessidade de discernimento no uso desse conhecimento, que muitas vezes não possui base teórica para averiguar as informações (RAMAL, 2003).

De acordo com Ramal (2003, p. 190), a EaD pode reproduzir velhos esquemas:

Um dos riscos da educação a distância é reproduzir, num ambiente tecnológico, os problemas do ensino tradicional. Educar a distância não pode se limitar a escrever conteúdos que eram transmitidos em palestras e cadastrá-los numa ferramenta visualmente interessante. A qualidade de um processo de EAD somente pode ser confirmada se ele for coerente com os princípios dos mais novos paradigmas educacionais, superando as limitações empiristas e reprodutivas e propondo novos papéis ao estudante.

A educação a distância traz comunicação, interação, mas por outro lado as pessoas se distanciam, inclusive o professor do aluno. Isso pode ser prejudicial para um processo de aprendizagem. Para Almeida (2003, p. 203):

Os desafios da EAD são congruentes com os desafios do sistema educacional em sua complexidade, cuja análise implica identificar que educação se pretende realizar, para quem se dirige, com quem será desenvolvida e com o uso de quais tecnologias. Não se trata de colocar a EAD em oposição à educação presencial e sim de estudar o entrelaçamento entre ambas, as mudanças que interferem em seu processo quando se utiliza a TIC.

Apesar do uso intensivo das TIC no ensino a distância, o aluno precisa estar motivado para absorver o conhecimento. Mesmo com tecnologias avançadas é necessário o interesse do aluno, uma vez que os recursos disponibilizados pela TIC não podem ser conceituados como uma solução para todo o ensino. O desenvolvimento da tecnologia para o aprendizado é utilizado apenas como uma ferramenta para o avanço do conhecimento.

um dos pontos mais frágeis identificados por diferentes pesquisadores, no que se refere a essas modalidades educacionais, é a questão didático-pedagógica. Não basta ter acesso a novas tecnologias que possam ser usadas de forma combinada, é preciso, sobretudo, saber como utilizá-las para propiciar a aprendizagem dos sujeitos (SACCOL *et al.*, 2011, p. 2)

Além disso, o uso da tecnologia no ensino a distância promove várias vantagens que podem ser observadas no cotidiano, tais como: materiais didáticos disponíveis em plataformas que podem ser acessadas em qualquer horário pelo indivíduo, fóruns e tutores para tirar dúvidas *on-line*, bibliotecas virtuais, e repositórios de arquivos de acordo com a graduação do aluno.

Uma ferramenta que muito contribui com o trabalho do professor é a linguagem audiovisual, que possibilita desenvolver múltiplas atitudes perceptivas. Podemos citar como exemplos: os vídeos como estímulo à criatividade dos alunos; páginas na *internet* com animações destinadas à interação dos alunos e professores.

Entretanto, para que a tecnologia contribua no processo de aprendizagem, é importante ter em mente que o aluno deve procurar ter domínio no uso das ferramentas da *web*, procurar sempre ser proativo e não ser aquele aluno passivo, esperando que o professor/tutor defina as atividades.

Dessa forma, nem sempre o uso das tecnologias pode ser favorável. Como afirma Selwyn (2008, p. 835):

Por exemplo, as TIC pouco podem ajudar para alterar os recursos limitados e as situações vulneráveis de algumas pessoas. A oportunidade de comprar bens e serviços

pela internet não pode ser percebida sem um cartão de crédito ou uma conta bancária, o que também exige os meios necessários para abastecê-los. Do mesmo modo, a oportunidade de aprender on-line exige níveis suficientes de domínio e confiança e, tão importante quanto, um senso de que o aprendizado terá alguma utilidade pessoal.

Castilho (2011, p. 20) enumera algumas desvantagens no ensino a distância;

O sistema não consegue gerir reações imprevistas e imediatas de alguns indivíduos, o que contribui para que, não sendo atendidos, desistam. O sistema implica mudanças profundas nas práticas de trabalho típicas dos métodos tradicionais de ensino. Muita gente não consegue alterar a maneira de trabalhar e se sente incomodada com os processos. [...] O sistema exige acesso à internet, de preferência por meio de banda larga, o que não está complementarmente disponível em todo o país. Para muita gente, o custo do acesso ainda é caro, porque as operadoras não praticam ainda a democratização da banda larga.

Percebe-se, portanto, que o professor utilizando as TICs em uma sala virtual tem uma responsabilidade de integrar tecnologias, metodologias e atividades diferenciadas para o seu público-alvo. Muitas vezes esses alunos são pessoas que não tiveram oportunidades para fazer um curso no período adequado, o que deve obrigar o professor a variar a forma de dar aula, alterar as técnicas usadas em sala de aula e fora dela, fazendo com que o aluno se sinta integrado dentro do contexto. Essa é uma das dificuldades observadas na EaD. Segundo Moran *et al.* (2000, p. 32):

Cada docente pode encontrar sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e os muitos procedimentos metodológicos. Mas, também, é importante que amplie, que aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/grupal.

Uma das tecnologias bem utilizadas dentro da sala de aula virtual é a videoconferência. Tori (2011) define essa ferramenta como sendo a tecnologia de telecomunicação para transmissão de vídeo bidirecional, em tempo real, entre pessoas que se encontrem afastadas, possibilitando a comunicação entre os indivíduos presentes.

A importância da videoconferência é notada não só no ensino, mas também no cotidiano de empresas e, por exemplo, na realização de palestras e simpósios. Porém, Tori (2011, p. 178) pontua que:

A tecnologia de vídeo conferência é muito utilizada para economia de recursos e, conseqüentemente, viabilização de colaboração remota. No entanto, a videoconferência possui ainda alto grau de artificialidade em relação a encontros presenciais em ambientes reais, principalmente pela limitação que apresenta na transmissão de elementos não verbais necessários a uma perfeita comunicação.

Tendo em vista que o uso de equipamentos digitais é uma realidade no desenvolvimento do ensino e aprendizagem, novas tecnologias serão construídas, o acesso a banco de dados, e programas de ensino e novas técnicas de ensino serão desenvolvidas com o intuito de promover a democratização da aprendizagem, tanto nas escolas de nível médio quanto nas Universidades. Portanto, mesmo havendo desvantagens e vantagens no uso das TICs, é inegável a importância de utilizar essas ferramentas dentro da EaD.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

“A pesquisa é um procedimento formal com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 157)

As pesquisas podem ser classificadas em três grandes grupos, de acordo com Gil (2008). O primeiro grupo são as exploratórias, que têm como objetivo explorar o problema principal por meio de aprimoramento de ideias ou da descoberta de intuições. O segundo são as descritivas, que descrevem as características de determinadas populações ou fenômenos, ou de um grupo específico; e, por último, a pesquisa explicativa que tem como preocupação central identificar os fatores e explicar a razão e o porquê das coisas. Esta pesquisa trata-se de um estudo com carácter exploratório descritivo.

Trata-se, ainda, de um estudo de caso. Yin (2010) define-o como uma investigação empírica que busca informações de um fenômeno atual com profundidade e em seu contexto real, bem como os limites entre o episódio e o cenário quando não são claramente esclarecidos. Conforme o referencial teórico, o intuito do método de estudo de caso nesta pesquisa será o de explorar ou analisar as ferramentas tecnológicas utilizadas no ensino superior na Universidade de Brasília, cuja unidade responsável por expandir o ensino a distância é o CEAD.

Vale resgatar aqui as etapas defendidas por Gil (2008) para um estudo de caso:

- A formulação do problema: é um processo de reflexão que cria a necessidade de efetuar pesquisas bibliográficas adequadas.
- A definição da unidade-caso: poderá ser em uma comunidade, uma organização ou um grupo social.

- Determinação do número de casos: pode ser uma unidade ou múltiplos casos, porém a utilização de vários casos apresenta vantagens e desvantagens.
- Elaboração do Protocolo: constitui-se de um documento que contém um instrumento de coleta de dados que proponha confiabilidade nas pesquisas que envolvam múltiplos casos.
- Coleta de dados: esse processo em um estudo de caso é o mais complexo. Primeiro usa-se uma técnica básica para obtenção de dados, e os resultados obtidos nessa coleta podem divergir ou não. Esses dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, ou depoimentos pessoais.
- Avaliação e análise dos dados: essa avaliação em um estudo de caso é predominante qualitativa.
- Elaboração de um relatório: esse documento será constituído por uma apresentação do problema, à metodologia empregada, e as considerações finais do estudo de caso.

De acordo com Chizzotti (2006), o estudo de caso abrange diversas pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos, com um objetivo de elaborar relatórios e de avaliar minuciosamente, para que sejam tomadas decisões e propostas mudanças.

3.1 Procedimento de Coleta

Resumidamente, o estudo foi composto por duas etapas instrumentais para a coleta de informações. A primeira foi uma busca documental e a segunda, uma entrevista semiestruturada realizada com a coordenação do Centro de Ensino a Distância (CEAD).

A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. Gil (2008) comenta que a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Para Godoy (1995), a pesquisa documental representa uma forma inovadora, produzindo contribuições necessárias e relevantes em um estudo de caso.

Para essa etapa foram consultados os materiais disponíveis na *internet* relacionados à Universidade de Brasília e ao Centro de Ensino a Distância (CEAD). Utilizou-se vídeos

explicativos disponibilizados no canal do CEAD no *Youtube*, informações oficiais divulgadas no *site* da UnB, bem como os anuários estatísticos compartilhados no *site* do Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO) da UnB.

Em complemento à análise do estudo de caso, também foi utilizado informações da modalidade do ensino a distância no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

As informações foram colhidas no período de 2017 a 2021.

O quadro abaixo resume essas informações:

Quadro 2 – Documentos Pesquisados

Documento	Informação Levantada	Fonte / Link
Anuário Estatístico	Estatísticas de Cursos EaD no CEAD	https://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=872
Estatuto e Regimento da UnB	Definição da estrutura da UnB	https://unb.br/images/Documentos/Estatuto_e_Regimento_Geral_UnB.pdf
<i>Site</i> da UnB	Missão, visão	https://unb.br/institucional/a-unb

Fonte: Elaborado pela autora

3.1.1 Entrevista Semiestruturada

Em uma entrevista semiestruturada, de acordo com Boni e Quaresma (2005), as perguntas podem ser abertas e fechadas, deixando o entrevistado com a oportunidade de desenvolver o assunto proposto. Por outro lado, o pesquisador pode trocar de ideias caso seja necessário, fazendo novas perguntas ou tirando dúvidas.

Dessa forma, a entrevista semiestruturada tem como objetivo uma maior participação tanto do entrevistado quanto do pesquisador. Em função disso:

As entrevistas semiestruturadas, em particular, têm atraído interesse, sendo amplamente utilizadas. Tal interesse está vinculado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário (FLICK, 2004, p. 89).

Neste caso, foi elaborado um roteiro preliminar constituído por 13 questões com perguntas abertas e/ou fechadas, com base no referencial teórico e na experiência da professora entrevistada. Após aprovação das perguntas pela orientadora, a entrevista foi concedida em 11

de abril de 2023. Mais adiante será detalhado o conteúdo das perguntas bem como o resultado e/ou discussão da entrevista.

A entrevista, semiestruturada, com questões elaboradas em formato aberto, buscou oferecer liberdade de resposta à entrevistada, professora do Departamento de Ciência da Computação (CIC/UnB), atualmente diretora do Centro de Ensino a Distância (CEAD) da Universidade de Brasília.

O Objetivo da entrevista promovida neste estudo de caso foi identificar a percepção do Centro quanto aos aspectos relativos à educação a distância na UnB. As 13 questões foram divididas em blocos. A primeira questão abordou a oferta de vagas nos últimos cinco anos e como o CEAD observou esse aumento, que ocasionou inclusive um maior ingresso de estudantes advindos de municípios geograficamente distantes da sede da Universidade de Brasília.

Em outro bloco, o tema foi a inclusão social, objetivando investigar como o CEAD tem observado a questão do acesso das pessoas com necessidades especiais — com deficiências motoras ou diversas. Outro questionamento foi quanto à adaptação curricular nos cursos promovidos pelo CEAD. Nesse momento houve um esclarecimento por parte da entrevistada de que “O CEAD é um órgão de apoio, portanto a adaptação curricular não é responsabilidade do CEAD e sim das unidades acadêmicas”.

Ainda quanto ao aspecto da inclusão social, questionou-se a quantidade de evasão de pessoas com deficiências, entretanto o CEAD também não tem como especificar esse tipo de resposta, pois as matrículas são feitas pelo Sistema de Graduação Acadêmica (SIGAA) da UnB.

Em seguida a pauta abordou o ensino presencial. Nesse bloco foi questionado como o CEAD trata a questão em contraponto ao virtual. As perguntas trataram dos conteúdos e das abordagens próprias para o EAD e qual a taxa de desistência desses alunos.

No próximo bloco foi discutido se existe incômodos para os professores que não tinham o hábito de ministrar aulas na modalidade a distância e como o CEAD lida com esses professores. Ainda em relação à adaptação docente, foi abordada a maneira como o CEAD tem observado as mudanças metodológicas para o ensino a distância e a percepção dos alunos sobre essas mudanças.

Finalizando a entrevista, as questões abordadas foram quais são os principais desafios encontrados no ensino a distância na Universidade de Brasília e quais são as expectativas quanto ao futuro do ensino a distância na Universidade.

A entrevista foi concedida presencialmente no dia 11 de abril de 2023, com início às 8h45 e término às 9h35, na sede do Centro de Ensino a Distância (CEAD), localizada no *Campus Darcy Ribeiro*, Asa Norte, Brasília/DF.

A transcrição da entrevista completa encontra-se disponibilizada no Anexo 1 deste trabalho.

3.2 Procedimento de Análise

Em relação à estratégia de análise dos dados levantados, procedeu-se com uma investigação qualitativa com o objetivo de comparar os dados encontrados de um fenômeno específico em relação à abordagem conceitual apresentada no referencial teórico.

As conclusões e resultados da pesquisa foram descritos após a vivência em um fluxo analítico que sistematizou a tríade: análise bibliográfica x análise documental x entrevista.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo de caso analisado nesta pesquisa teve como base a tríade: Análise Bibliográfica x Análise Documental x Entrevista Semiestrutura. Essas três etapas serão discutidas conforme o desenvolvimento dos temas abordados.

4.1 Unidade de Caso

Para os fins deste estudo, a unidade de caso a ser investigada será o Centro de Ensino a Distância (CEAD), vinculado à Universidade de Brasília (UnB). Para sua melhor compreensão, faz-se necessário um breve relato preliminar sobre a UnB e os elementos da sua identidade estratégica vigente, bem como da sua estrutura organizacional.

A Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962, com o intuito de promover uma educação de excelência e formar profissionais capacitados, visando melhorar a educação do País.

Sua missão é ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãs

éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência.

Ademais, a visão de futuro é ser referência nacional em ensino, pesquisa e extensão, com inserção local, regional e internacional, inovadora, inclusiva, transparente e democrática, com gestão eficaz e qualidade de vida.

De acordo com o seu estatuto e regimento geral, atualizados em abril de 2023, a UnB se baseia em três princípios fundamentais: gestão democrática, descentralização e racionalidade organizacional.

O Organograma da UnB define sua estrutura como sendo formada por: Conselhos, Câmaras, Reitoria, Órgãos Auxiliares, Decanatos, Órgãos Complementares, Assessorias, Secretarias, Centros e Unidades Acadêmicas. Dentro de tal estrutura, a unidade de caso dessa pesquisa, o CEAD, é considerado como um Centro Administrativo (UnB, 2020).

O CEAD possui a missão de promover a Educação a Distância na UnB, visando a oferta de ensino de referência social, com ações integradas por metodologias ativas, tecnologias digitais da informação e comunicação e mediadas por práticas pedagógicas inovadoras (CEAD, 2022)

Sua visão é: ser referência em Educação a Distância, com reconhecimento nacional e internacional. Seus valores principais são: foco na comunidade acadêmica; compromisso com a qualidade; Inovação; Tecnologia e Transparência (CEAD, 2022).

A estrutura administrativa do CEAD é composta por: Direção, Assessoria, Coordenação Acadêmica, Coordenação de Planejamento e Finanças, Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação, Núcleo Pedagógico e de Avaliação, Núcleo de Produção de Materiais e Núcleo de divulgação (CEAD, 2022).

4.1.1 Atuação do CEAD

O CEAD é o órgão responsável por propagar o ensino a distância na Universidade de Brasília. Mas essa definição não é assim desde o início das atividades a distância na UnB. O desenvolvimento deu-se, anteriormente, com o trabalho realizado pelo Centro de Educação Aberta, Continuada e a Distância, em 1979, que daria origem, dez anos depois, ao Centro de Educação a Distância (CEAD). Sua estrutura hierárquica dentro da Universidade de Brasília tem como finalidade ser um Centro de Apoio Administrativo.

Desde 1990 o CEAD vem atuando na produção de *software*, na criação de sistemas de tutoria e parcerias na produção de cursos a distância e treinamento de recursos humanos em EaD. Na década de 2000, o CEAD colaborou na implantação do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), gerenciando e dando suporte na formação do ambiente virtual *Moodle*. Além disso, fez parcerias com outros órgãos da Administração Pública, como: Ministério da Educação; Ministério do Esporte; Ministério do Trabalho; Advocacia-Geral da União; Inep; entre outros.

Dessas parcerias surgiram ações e eventos relevantes, como: a Escola Nacional de Mediação (ENAM); o Evento de Alinhamento para Aplicação de Exames e Avaliações do Inep; ações realizadas para o projeto *Direito Achado na Rua*; curso de Capacitação para Conselheiros Escolares; curso e material didático para capacitação de gestores escolares (Profuncionário); especialização em Direito Público e cursos de capacitação para os servidores da UnB.

Em 2017 o CEAD incorporou o programa UAB e estabeleceu novas atividades quanto ao uso de tecnologias educacionais e desenvolvimento de metodologias inovadoras. Nesse mesmo período também foi criado o programa *Aprendizagem para o 3º Milênio (A3M)*, que buscava potencializar iniciativas que promovessem aprimoramento no processo de ensino e aprendizagem e na interação com os alunos.

Além disso, os cursos de graduação na modalidade a distância na Universidade de Brasília são ofertados em conjunto com o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), mediante fomento da Capes. Todavia, cursos de pós-graduação não são obrigatoriamente oferecidos pelo programa UAB.

Em 2019 foi realizado processo seletivo da UAB/UnB, com a oferta de 1300 vagas para ingressos em oito cursos de graduação. Para o ano de 2023 serão ofertados cinco cursos de graduação (Letras, Música, Artes, Geografia e Pedagogia).

O Centro tem como objetivo disponibilizar um ambiente virtual para os discentes, além de auxiliar a comunidade acadêmica no uso das TICs para aulas remotas e na oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão à distância.

Em sua cartela de curso, o CEAD promove os seguintes cursos de extensão: acessibilidade, cursos de ambientação, formação de tutores, formação de professores, oficina, *podcast*, produção de vídeos, recursos digitais.

Em termos de ferramentas e *softwares*, o *Moodle* é utilizado na Universidade de Brasília (UnB), sendo denominado internamente como: “Aprender 2 e 3”. Com a mesma

dinâmica e serviços do *Moodle*, o Aprender 2 é usado para cursos de extensão oferecidos pelos docentes da Universidade ou pelo CEAD e para os cursos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Já o Aprender 3 é direcionado aos alunos de graduação e de pós-graduação dos *Campi* da UnB: Darcy Ribeiro, Ceilândia, Gama e Planaltina. Ou seja, esse ambiente é voltado para aqueles que estudam presencialmente na Universidade.

A UnB também disponibiliza a suíte de aplicativos Microsoft Office 365 Educacional (Office 365, versão A1) que se encontra disponível para todos os alunos regulares da UnB, bem como para o seu corpo técnico-administrativo e docente, mediante um acordo de cooperação firmado entre a UnB e a *Microsoft*.

Neste momento, o CEAD enfrenta o desafio de lidar com a publicação da Portaria do MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que autorizou, em seu art. 2º, a oferta de carga horária na modalidade de EaD, na organização pedagógica bem como no currículo dos cursos de graduação presencial, até o limite de 40% da carga horária total do curso, uma vez que essa Portaria ainda não foi implantada na UnB. Os órgãos competentes da Universidade estão analisando se esse limite da carga horária nos cursos seria prejudicial ou uma oportunidade de fazer com que algumas disciplinas pudessem ser realizadas remotamente.

Porém, antes dessa Portaria ser publicada, o CEAD e o Decanato de Ensino de Graduação (DEG) já vinham planejando mudanças na modalidade de ensino a distância na UnB. A partir de meados de novembro de 2022, o DEG iniciou vários eventos com o objetivo de exemplificar como seria essa carga horária nos cursos presenciais. O primeiro passo dado foi elencar os princípios, que são: EaD facultativo; autonomia dos cursos; e controle na oferta e não no Projeto Pedagógico do Curso.

Além desses princípios, há a necessidade de definir requisitos para que futuramente as etapas possam ser implementadas após as aprovações dos órgãos competentes. Essas premissas seriam: atividades EaD exclusivamente em componentes com esse registro; metodologia aprovada; formação básica para os docentes; e uma plataforma institucional. Essas mudanças estão previstas para ocorrerem no ano de 2023.

4.1.2 Estatísticas dos cursos de Extensão e Pós-Graduação desenvolvidos pelo CEAD de 2017 a 2021

As informações estatísticas aqui apresentadas foram extraídas do Anuário Estatístico da UnB referentes ao período de 2018 a 2020. Cabe destacar que o responsável por essa divulgação é o Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO).

Além disso, neste primeiro momento iremos fazer uma análise do que ocorreu no período de 2021 e 2022, no âmbito de atividades de extensão desenvolvidas pelo CEAD.

De acordo com os Anuários Estatísticos da UnB, nesse período foram oferecidos 31 cursos, sendo 17 no ano de 2021 e 14 no ano de 2022, com um total de 1903 participantes. Desses participantes, 516 obtiveram resultados satisfatórios. Os cursos que tiveram maior número de inscritos foram: Iniciação ao uso e produção de vídeos em aulas não presenciais (289), Matemática Básica (260), Noções de Informática (253), Português Instrumental (281) e Recursos Digitais e estratégias de aula para planejar o ensino presencial (183) (UnB, 2019; 2020; 2021).

Percebe-se que o curso de Iniciação ao uso de produção de vídeos foi a atividade que teve maior número de inscritos. Essa demanda deve-se à Pandemia decorrente do Covid-19, que começou em março de 2020. Nesse momento o CEAD foi o departamento que proporcionou infraestrutura ao ensino remoto e desenvolveu oficinas, materiais didáticos e cursos destinados aos professores e estudantes.

Como consequência, o CEAD encontrou vários desafios no período da pandemia: unificação de plataformas utilizadas no ensino remoto; integração entre os ambientes virtuais de aprendizagem e o sistema de gestão acadêmica (SIGAA); conhecimento técnico da equipe que gerencia a plataforma; integração entre o Ambiente Virtual de Aprendizagem e a plataforma *Office 365* (CEAD, 2021).

Necessário informar que nos anos de 2020 e 2021 a Universidade Aberta não lançou edital com cursos de graduação para a comunidade.

Nas tabelas abaixo estão relacionadas as atividades de extensão realizadas pelo CEAD em 2021 e 2020, entretanto não constam as aprovações em alguns cursos.

Tabela 1 - Atividades de Extensão Desenvolvidas no CEAD em 2021

Atividades	Inscritos	Aprovados
Educação Aberta e Recursos Educacionais Abertos	35	8
Formação de professores para UAB Turma 2	38	
Formação de tutores para UAB/UnB 1/2021	58	
Iniciação ao uso e produção de vídeos sem aulas presenciais 1	59	
Iniciação ao uso e produção de vídeos sem aulas presenciais 2	69	
Iniciação ao uso e produção de vídeos sem aulas presenciais 3	22	
Lógica elementar	84	24
Matemática Básica	134	26
Noções de Informática	130	55
Oficina de Moodle Básico – Turma 7	22	
Podcast produção e uso para inovar suas aulas	63	
Português Instrumental – Turma 1	144	54
Produção de recursos gráficos para sua disciplina no Moodle	10	
Recursos digitais e estratégias de aula para planejar o ensino presencial turma 4/2020	125	
Uso do H5P para produção de conteúdo didáticos no Moodle	22	
Webconferência e transmissão (streaming) – RNP	11	
Total	1026	167

Fonte: DPO/CEAD 2022

Tabela 2 - Atividades de Extensão Desenvolvidas no CEAD em 2020

Atividades	Inscritos	Aprovados
Formação de professores para UAB Turma 2	36	26
Formação de tutores para UAB/UnB	84	58
Iniciação ao uso e produção de vídeos sem aulas presenciais 1	56	23
Iniciação ao uso e produção de vídeos sem aulas presenciais 2	61	27
Iniciação ao uso e produção de vídeos sem aulas presenciais 3	22	11
Lógica elementar	83	24
Matemática Básica	126	26
Noções de Informática	123	55
Oficina de Moodle Básico – Turma 7	27	6

Podcast produção e uso para inovar suas aulas	61	19
Português Instrumental – Turma 1	137	54
Produção de recursos gráficos para sua disciplina no Moodle		
Recursos digitais e estratégias de aula para planejar o ensino presencial turma 4/2020	58	12
Total	907	349

Fonte: DPO/CEAD 2021

Já no ano de 2019, nota-se uma cartela de cursos diversificados. Além dos cursos oferecidos normalmente pelo Centro, houve atividades na área de legislação do SUS e da Neurociência, favorecendo a inovação na Docência. O curso de normas do SUS foi o que obteve maior número de inscritos, com 924 participantes. Desses, 324 foram aprovados. O curso de Neurociência teve 256 inscritos, e 236 tiveram êxito. Os cursos que já fazem parte do portfólio do Centro são: “Moodle Básico para professores da UnB” e “Formação de Tutores”. Do total de 77 participantes, 53 conseguiram resultados satisfatórios.

O CEAD, em conjunto com a Universidade Aberta, nesse ano ofereceu vagas nos cursos de especialização na área de educação. Os cursos que tiveram maiores números de inscritos foram *Gestão Pública Municipal*, com 432 participantes e 240 aprovados. Na segunda posição ficou o curso de *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar* com 353 inscritos e 180 aprovados.

Tabela 3 – Atividades Desenvolvidas pelo CEAD em 2019

Cursos	Inscritos	Aprovados
Cursos de Extensão		
Consolidação das Normas do SUS	924	324
Moodle Básico para professores da UnB	19	11
Potencialidade do ambiente virtual Moodle na aula de graduação	20	15
Neurociência favorecendo Inovação na Docência	256	236
Formação de tutores para a UAB na UnB – Turma A	38	27
Total	1.257	613
Cursos de Especialização (Programa Universidade Aberta do Brasil)		

Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar	353	180
Educação para o Patrimônio Artístico	122	66
Ensino de Filosofia no Ensino Médio	207	48
Gestão Pública Municipal	432	240
Metodologias de Ensino em Matemática	158	69
Práticas Musicais em Contextos Educacionais	140	64
Sociologia no Ensino Médio	231	68
Total	1643	735

Fonte: DPO/CEAD 2020

No ano de 2018, de acordo com análise no anuário estatístico, o CEAD ofereceu ações relacionadas ao programa *Aprendizagem para o 3º Milênio* (A3M), que tem como objetivo valorizar e promover ações educacionais inovadoras, apoiado pela Reitoria, pelos Decanatos (DEG, DEX, DPG e DPI) e pela comunidade acadêmica.

Esse programa é financiado com recursos da Universidade de Brasília (UnB) e tem como objeto apoiar projetos com o intuito de proporcionar e desenvolver metodologias educacionais inovadoras.

Com sua criação em 2017 foi lançado o primeiro edital, organizado pelo Decanato de Ensino de Graduação, Decanato de Assuntos Comunitários e CEAD. Desse edital consta que foram classificados 12 projetos com fomento da UnB.

O segundo edital foi lançado em 2018, também financiado com recursos da Universidade de Brasília (UnB), dando continuidade a apoiar o desenvolvimento de metodologias educacionais com apoio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), visando contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na UnB.

Por último, em 2019 o edital veio com um propósito de selecionar um professor para a equipe do programa A3M, do CEAD, para desenvolvimento de atividades de pesquisa e promoção ao uso das tecnologias educacionais inovadoras. Foram selecionados dois professores.

No âmbito das atividades de extensão do programa A3M, o CEAD promoveu quatro encontros no ano de 2018, com os temas acessibilidade e educação; educação inovadora no

processo de ensino a distância; recursos educacionais abertos; e socialização e integração de projetos, com um total de 260 participantes.

Tabela 4 – Atividades de Extensão Desenvolvidas pelo CEAD em 2018

Programa Aprendizagem para o 3º Milênio - A3M	Participantes
2º Encontro Temático do Programa Aprendizagem para o Terceiro Milênio A3M - Acessibilidade e Educação	100
Educação Inovadora no processo de Ensino e aprendizagem presencial e a distância	50
3º Encontro A3M – Recursos Educacionais Abertas – REA	50
4º Encontro Temático do Programa Aprendizagem para o 3º Milênio - Socialização e Integração de Projetos.	60
Total	260

Fonte: DPO/CEAD 2019

Em maio de 2017, o CEAD sediou o 1º seminário do Programa de Aprendizagem para o 3º Milênio (A3M). O objetivo desse encontro foi propagar a metodologia inovadora do ensino e de aprimoramento das relações entre professores e alunos. Nesse encontro, o Diretor do CEAD à época, Sergio Freitas, afirmou: “Nós identificamos o perfil do aluno e ele vem mudando no decorrer dos anos. O aluno deixou de ser um ser passivo e se tornou um ser ativo, principalmente pelos meios de tecnologia que nos cercam” (MACEDO, 2017).

Portanto, confirmamos que as atividades elaboradas pelo CEAD são de suma importância não só para os alunos e para os docentes envolvidos nesse processo. Esse evento teve 140 inscritos e 79 aprovados.

Outro curso de extensão ofertado, como demonstrado na Tabela abaixo, foram as ações do Minicurso *Learning Analytics* com duas turmas, no total de 262 inscritos e 168 aprovados.

O CEAD, junto com a Universidade Aberta, ofertou em 2017 dois cursos de graduação: Física e Geografia. Também ofertou 8 cursos de especialização na área de educação.

Os cursos mais concorridos foram *Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar* com 1519 inscritos e *Especialização em Gestão Pública Municipal* com 666 inscritos.

De um total de 3225 inscritos nesse edital para área de especialização, 353 foram aprovados. Os cursos que tiveram menos inscritos foram as especializações de *Matemática e Educação* e de *Patrimônio Cultural Artístico*. Não podemos afirmar qual o motivo de pouca demanda para esses cursos.

Tabela 5 – Atividades Desenvolvidas pelo CEAD em 2017

Cursos	Inscritos	Aprovados
Cursos de Extensão		
1º Seminário do Programa Aprendizagem para o 3º Milênio	140	79
Minicurso Learning Analytics	100	87
1º Encontro Temático – Gamificação	120	26
Minicurso Learning Analytics	162	81
Total	522	273
Cursos de Graduação (Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB)		
Graduação em Física	57	33
Graduação em Geografia	299	162
Cursos de Especialização (Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB)		
Especialização em Metodologias de Ensino em Matemática	237	158
Especialização em Práticas Musicais em Contextos Educacionais	185	140
Especialização em Gestão Pública Municipal	666	429
Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio	204	144
Especialização em Sociologia para o Ensino Médio	288	231
Especialização em Educação, Patrimônio Cultural e Artístico	126	122
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar	1519	353
Total	3.225	1.577

Fonte: DPO/CEAD 2018

4.2 Plataformas utilizadas no âmbito da graduação a distância

No início a EaD promovia cursos profissionalizantes por cartas. Posteriormente realizou-se os tele cursos transmitidos por rádio e TV, e em seguida as videoconferências e teleconferências.

O ensino a distância estabeleceu um encontro entre o aluno, o professor e as tecnologias usadas para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Com isso, ampliou-se a possibilidade de mais pessoas terem a chance de obter uma graduação de ensino superior e/ou uma adequada formação profissional.

O advento da *internet*, tão presente e difundida nos dias atuais, acarretou um impacto na propagação da educação, seja no âmbito presencial ou no remoto. É indiscutível e inegável que as tecnologias mudaram a forma de ensinar e de aprender, fazendo com que novos métodos de ensino sejam produzidos.

Frente a isso, é necessário adequarmos as tecnologias para que contribuam positivamente para a educação, em especial no ensino a distância. Um bom exemplo é o uso de plataformas digitais nos cursos de graduação. Afinal, entre outras qualidades, as plataformas ajudam o professor a desenvolver materiais dos quais o aluno poderá se beneficiar no momento das aulas, uma vez que os estudantes possuem várias opções para utilizar o material dentro de uma plataforma digital.

Na Universidade de Brasília as plataformas utilizadas nas disciplinas não presenciais são o Aprender e o Microsoft Teams. Essas plataformas são gerenciadas pelo CEAD, que é responsável pela distribuição dos cursos a distância. Neste momento os cursos oferecidos são direcionados para a extensão, a graduação, a pós-graduação e para os polos da UAB.

Entretanto, embora a importância das tecnologias na modalidade não presencial seja inegável, apesar da difusão das informações nos cursos de graduação, existem características que nos levam a ter dúvidas quanto ao aprendizado do aluno.

De acordo com os autores Moran (2019) e Belloni (2015), algumas organizações limitam-se a transpor as aulas do ensino presencial para o virtual. Isso acarreta desperdício das vantagens que o virtual propicia e pode culminar em uma aula tediosa e pouco instrutiva. Portanto, a tecnologia não garante o aprendizado do aluno.

Outro ponto que precisa ser apontado é que a facilidade oferecida aos alunos pelas plataformas pode criar uma dependência, gerando um aprendizado de forma passiva. Um bom

exemplo disso é a plataforma Blackboard que entrega diversos recursos para os estudantes, desde a customização da plataforma passando por diversas funções como e-mail e calendário. O aluno pode fazer trabalho *off-line*, conversar com os grupos e tirar dúvidas com os outros colegas. Para tudo isso, basta possuir *internet* e acessar um navegador.

Portanto, na medida em que o avanço tecnológico for utilizado na educação teremos uma maior facilidade para o aluno. Por outro lado, persiste a dúvida se o ensino a distância melhora a qualidade de aprendizagem do estudante.

Nas plataformas digitais há todo um preparo do material de aula para que o aluno receba o conhecimento de uma forma simples e acessível, porém, por trás desse processo, existe a responsabilidade de um professor ou de um tutor para preparar as aulas e disponibilizá-las nessas plataformas.

O professor precisa efetuar treinamentos e cursos específicos para utilizar essas plataformas, assim como precisa desenvolver materiais específicos destinados para as aulas na modalidade a distância. Na Universidade de Brasília os professores são treinados pelo CEAD, que possui uma equipe técnica preparada para ensinar e sanar dúvidas acerca da utilização dos recursos da plataforma Aprender.

O docente, no âmbito da EaD, é responsável por administrar a gestão da plataforma. Ele deve ser um mediador, que tem como objetivo acompanhar o aluno em todo o processo na plataforma, desde inserir os dados solicitados até a avaliação final. O professor na modalidade de ensino a distância, além de ser mediador, necessita ter um olhar diferenciado em relação aos alunos que frequentam essa modalidade. Isso ocorre porque quando o professor ministra uma aula presencial ele tem como visualizar as expressões dos discentes, diferentemente de um ambiente virtual, em que os alunos podem ficar dispersos e o docente não tem como constatar se o aluno está absorvendo o conteúdo.

Portanto, se a tecnologia faz com que os professores desenvolvam novas formas de dar aula, é necessário usar novas técnicas na sala de aula virtual, propor novos métodos de avaliação, bem como fazer com que os alunos tenham uma participação maior no ambiente virtual. A missão principal é motivar o aluno a buscar o aprendizado ativo, a não esperar apenas pelo professor.

Nesse contexto, existem desafios que foram propostos pelo avanço das tecnologias dentro da modalidade da EaD. Os recursos para aprendizagem são inúmeros, porém existe o problema de as aulas gravadas serem produzidas de uma forma repetitiva, fazendo com que o

material não seja atualizado, ou serem muito genéricas, não atendendo às características e necessidades individuais de cada aluno. Isso prejudica o aprendizado do aluno.

Dessa forma, a responsabilidade não é apenas do professor, mas sim da instituição responsável pelo curso oferecido, a qualidade do ensino não pode ser reproduzida com os mesmos problemas do ensino presencial, em que muitas vezes o aluno apenas absorve as informações que o professor transmite, portanto, educar a distância requer muito mais que tecnologias e plataformas digitais avançadas, educar a distância requer um ensino de qualidade e coerente, visando mudanças naqueles que utilizam o ensino a distância.

4.3 Legislação no Ensino a Distância

Referenciando algumas legislações que abordam o ensino a distância, iremos discutir as principais Leis, Normativos e Resoluções que regulamentam a EaD no Brasil.

A legislação do ensino a distância começou com o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1971. Esse artigo tem como premissa incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Os parágrafos 1º ao 4º apresentam a organização e abertura de instituições; os requisitos para a realização de exames e registros de diplomas relativos a curso a distância; as normas e controle de programas de educação a distância; e, por último, custos de transmissão, concessão de canais e o tempo mínimo de transmissão pelos concessionários.

Verifica-se que os parágrafos mencionados acima necessitavam, na época, de uma discussão mais relevante, pois não exemplificavam como seria discutido essas normas dentro das instituições.

Posteriormente produziram-se outras normativas regularizando a EaD, porém iremos analisar a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que regulamenta a introdução de disciplinas no modo semipresencial em até 20% da carga horária nos cursos de graduação.

Essa portaria determina como serão os 20% no contexto do plano pedagógico do curso. Ela faz com que a instituição tenha a liberdade de trabalhar os 20% da carga horária do curso, ou seja, o semipresencial pode ser distribuído em uma disciplina completa, ou com percentuais de atividades não presenciais. Além disso, a Portaria determina que as avaliações serão realizadas presencialmente.

Nessa Portaria, destaca-se o uso de tecnologias como métodos e práticas de ensino-aprendizado, como, por exemplo, o uso de *software* livre, o Moodle e o Teleduc. Com essa normativa as tecnologias começaram a ser inseridas dentro das novas leis e resoluções, não só como elemento de desenvolvimento, mas como uma peça importante para o futuro do ensino a distância.

Diante de vários dispositivos que regulam o ensino a distância, vamos exemplificar neste estudo de caso a Portaria nº 2117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

O principal ponto a ser destacado é a introdução de 40% na oferta de carga horária na modalidade de EaD no plano pedagógico do Curso. O plano deve ser apresentado na matriz curricular, contendo o percentual de carga horária a distância, e indicar as metodologias a serem utilizadas no curso. Esses percentuais serão disponibilizados no momento da autorização do curso. Além disso, deve ser garantido o uso de métodos e práticas de ensino-aprendizagem que utilizem Tecnologias de Informação para a realização das disciplinas, com material didático específico, e que os docentes tenham formação e qualificação compatível com o Plano Pedagógico do Curso (PPC).

É necessário detalhar a forma de integralização da carga horária dentro do PPC e a oferta dos cursos que possuem carga horária na modalidade EaD deve ser divulgada nos processos seletivos de uma maneira objetiva, informando os conteúdos, as disciplinas, metodologias e as formas de avaliação.

Um ponto importante para ser destacado dessa normativa é a forma da avaliação dos cursos que introduzirem os 40% no PPC. O curso deverá possuir um conteúdo igual ou superior a três em todos os indicados abaixo:

- I. Metodologia;
- II. Atividade de tutoria;
- III. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); e
- IV. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Essa Portaria ainda não foi aplicada na Universidade de Brasília. Assim, para que ela seja adotada na Universidade, em um primeiro momento terá que ser redigida uma norma ou

uma resolução por parte do Decanato de Ensino de Graduação (DEG) junto com o Centro de Ensino a Distância (CEAD). Em seguida essa norma será discutida na Câmara de Ensino de Graduação para posterior aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Entretanto essa Portaria apresenta alguns pontos que deixam lacunas, principalmente no âmbito da nossa Universidade: como fazer se algum curso não acatar os 40% de carga horária na modalidade a distância? Como seria a formação dos docentes para ministrar as aulas a distância? Essa formação seria obrigatória? As disciplinas ofertadas na forma EaD seriam equivalentes ao formato da disciplina presencial? A carga horária dos docentes seria alterada quando ministrasse aulas no formato EaD?

Esses são alguns dos questionamentos provocados por essa Portaria, porém, antes dela ser normatizada na UnB, é possível fazer uma consulta ao corpo discente, com o objetivo de padronizar o PPC. Apesar de cada curso ter suas nuances, a base do projeto seria de suma importância para a Universidade como um todo.

Outro elemento importante a ser destacado nessa norma é que ela não altera o registro da modalidade de ensino, apenas indica a possibilidade da carga horária do curso ter suas disciplinas com 40% na modalidade a distância. Ademais, na UnB quem decide a oferta de disciplinas é o Colegiado do curso.

Além do já apresentado, um ponto considerável para ser debatido, são as disciplinas equivalentes. Os componentes curriculares ofertados no modo presencial seriam equivalentes no modo a distância?

No momento desta pesquisa não temos possibilidade de elucidar esses questionamentos, pois é preciso aguardar a normativa interna ser publicada.

4.4 Percepção da Gestão do CEAD

A percepção da diretoria foi analisada por blocos para uma melhor contextualização da pesquisa.

No primeiro bloco foram feitas perguntas relativas à oferta de vagas nos últimos cinco anos; ao ingresso dos estudantes advindos de locais distantes geograficamente e em seguida como o CEAD observa as dificuldades de pessoas com necessidades especiais.

O fato de haver um aumento de ingressos de estudantes no período de 2019 a 2020, totalizando 1300 estudantes, destaca a crescente demanda por educação superior. Isso sugere um interesse cada vez maior da população em buscar qualificação e aprimoramento profissional por meio da educação.

O acréscimo de 350 vagas nos cursos de pós-graduação ofertados pelo CEAD em 2022 demonstra um esforço para atender a essa demanda crescente. Essa expansão das vagas permite que mais estudantes tenham acesso à educação de nível superior, o que é fundamental para o desenvolvimento acadêmico e profissional de indivíduos em diferentes áreas.

A professora destacou que, em alguns lugares do Brasil, a única forma de acesso aos cursos de pós-graduação é por meio da educação a distância. O exemplo citado foi o Acre. Isso ressalta a importância dessa modalidade de ensino como uma alternativa viável para permitir que pessoas em regiões remotas ou com limitações geográficas tenham acesso à educação de qualidade.

Desafios em regiões distantes e com poucos estudantes: cidades distantes, com poucos estudantes, enfrentam dificuldades para reunir um conjunto de professores qualificados o suficiente para ofertar um curso de graduação. Essa limitação pode ser superada por meio da modalidade de ensino a distância, que permite a oferta de cursos de forma mais ampla e flexível, beneficiando estudantes em regiões remotas e ajudando a reduzir as desigualdades de acesso à educação.

O CEAD não consegue especificar o quantitativo de pessoas com necessidades especiais, pois as matrículas são feitas pelo sistema SIGAA. Portanto existe uma limitação do CEAD em relação à coleta de dados específicos sobre o número de estudantes com necessidades especiais matriculados.

A Universidade de Brasília possui uma Diretoria de Acessibilidade, responsável por identificar e promover a inclusão de estudantes com necessidades especiais. Dessa forma, ressalta a existência de uma estrutura institucional que se dedica a atender as demandas de acessibilidade dos estudantes com necessidades especiais.

Por outro lado, o CEAD possui uma equipe técnica para apoiar os estudantes com necessidades especiais. Isso demonstra que há suporte disponível para auxiliar esses alunos no contexto do ensino a distância. Um exemplo do suporte oferecido pelo CEAD é a tradução das aulas em Libras. Isso indica uma preocupação em garantir acessibilidade para estudantes surdos, promovendo a inclusão por meio da língua de sinais.

A professora reforça a importância da estrutura do CEAD para promover a inclusão social, proporcionando oportunidades de ensino a distância para diversas localidades. Essa parceria com a Universidade Aberta amplia a abrangência do ensino, possibilitando o acesso à educação a pessoas em diferentes regiões.

No segundo bloco de perguntas tratou-se dos seguintes temas: evasão dos alunos com necessidades especiais; adaptação do ensino presencial ao virtual; taxa de desistência dos cursos do CEAD; taxa de desistência em razão do acesso dos cursos por meios de tecnologias; e a interação dos atores educacionais.

A presença de unidades como o CEAD e a Diretoria de Acessibilidade, responsáveis pelo desenvolvimento de materiais e pelo suporte específico aos estudantes com necessidades especiais, evidencia o compromisso da instituição em atender essa parcela de alunos de forma mais dedicada. Essa iniciativa promove a inclusão e assegura a igualdade de oportunidades no contexto educacional.

A diretora enfatizou a importância de adaptar os materiais e as metodologias de ensino à modalidade de educação a distância. Reconhecer que uma única abordagem não serve para todos os estudantes é essencial para garantir a eficácia do ensino. Considerar aspectos como o acesso à internet dos alunos, especialmente em áreas remotas, desempenha um papel crucial na planificação e oferecimento de uma experiência de aprendizagem mais equitativa.

A qualidade da banda larga utilizada pelos alunos pode ter tanto impactos positivos quanto negativos. É importante compreender que a tecnologia em si não é o único fator responsável pela evasão. Existem múltiplos aspectos que podem influenciar esse fenômeno, e a qualidade da conexão à *internet* é apenas um deles. É necessário considerar outros fatores socioeconômicos, ambientais e individuais que possam afetar a permanência dos estudantes nos cursos.

Dado que não é possível ter professores presentes em todos os polos nos quais a universidade oferece cursos de graduação, a instituição conta com uma equipe de coordenadores treinados pelo CEAD. Esses coordenadores realizam visitas aos polos, fortalecendo os vínculos entre a Universidade, os professores e os estudantes do ensino a distância. Essa interação contribui para uma comunicação, suporte e integração mais efetivos dos estudantes nessa modalidade de ensino.

No terceiro e último bloco, os temas indagados foram: adaptação dos docentes nas aulas a distância; os desafios no desenvolvimento da EaD na UnB; e qual a expectativa futura da EaD na Universidade de Brasília.

Durante a pandemia, os docentes precisaram se adaptar rapidamente às aulas a distância devido às restrições de contato físico. Essa necessidade de intervenção foi essencial para garantir a continuidade do ensino e aprendizagem.

Muitos professores não tinham o hábito de utilizar tecnologias para ministrar suas aulas. A adaptação envolveu aprender a utilizar ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas tecnológicas específicas para o ensino a distância.

Para apoiar a adaptação dos docentes, foram oferecidos cursos introdutórios que abordavam o uso de ambientes virtuais e outras ferramentas relacionadas ao ensino a distância. Essa capacitação permitiu que os professores adquirissem as habilidades necessárias para ministrar aulas de forma eficiente e eficaz.

O CEAD (Centro de Educação a Distância) disponibilizou uma equipe de atendimento tanto presencial quanto a distância para auxiliar os docentes que enfrentavam dificuldades no uso dos ambientes virtuais. Essa equipe de suporte foi fundamental para oferecer auxílio técnico e pedagógico durante o processo de adaptação.

Além da capacitação dos docentes, houve um esforço para aprimorar o ambiente virtual utilizado na Universidade. Isso incluiu atualizações, melhorias e implementação de recursos que facilitassem o ensino e aprendizagem a distância.

Na modalidade de ensino a distância, a diretora do CEAD salienta a importância de três elementos fundamentais para assegurar a qualidade da educação: a infraestrutura do ambiente virtual, os recursos de formação (como cursos introdutórios e capacitação contínua) e a presença de uma equipe de apoio. Esses pilares são indispensáveis para garantir a eficácia da tecnologia nesse tipo de ensino.

No que diz respeito ao avanço da EaD na UnB, a professora ressaltou a relevância de institucionalizar a prática da EaD dentro da universidade. Como mencionado anteriormente, os cursos de graduação a distância na UnB dependem do apoio financeiro da Capes, ou seja, a universidade não oferece cursos de graduação a distância por conta própria. No entanto, há uma resistência significativa em relação à modernização e persiste o preconceito de que a educação a distância possui uma qualidade inferior. É necessário superar essas ideias preconcebidas e

promover a compreensão de que a EaD pode oferecer uma educação de qualidade, desde que devidamente planejada e executada

A fim de atender às demandas educacionais atuais e futuras, a expansão do ensino a distância (EaD) na UnB desempenha um papel fundamental. A diretora reconhece a importância de estabelecer o EaD como uma forma institucionalizada de oferecer maior variedade de opções educacionais aos estudantes.

A implementação gradual do EaD na UnB é possibilitada pela Portaria que permite a disponibilização de 40% da carga horária em cursos presenciais nessa modalidade. Esse marco regulatório é uma resposta às transformações no cenário educacional e à necessidade de flexibilização no ensino superior.

A aplicação dessa Portaria representa uma expectativa sólida para o futuro do EaD na UnB, pois estabelece bases legais e diretrizes claras para a expansão dessa forma de ensino. Isso permitirá que a universidade avance em direção à inovação pedagógica e acompanhe as tendências contemporâneas no campo da educação.

A inovação nos processos de aprendizagem é um componente essencial para uma universidade moderna e relevante. A adoção do EaD possibilita a introdução de novas metodologias, recursos tecnológicos e abordagens pedagógicas que enriquecem a experiência dos estudantes.

É crucial reconhecer e valorizar a carga horária dos docentes envolvidos no EaD, a fim de incentivar a participação ativa dos professores nessa modalidade de ensino. A valorização do trabalho docente no EaD contribui para a motivação e engajamento dos professores, resultando em uma melhor qualidade de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso foi concluído tendo cumprido seus objetivos uma vez que analisou as práticas e a percepção do Centro de Ensino a Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB) no desenvolvimento da modalidade de ensino à distância na universidade. Foi apresentada a sua importância como órgão de apoio dentro da UnB, devido aos cursos promovidos com o objetivo de expandir o ensino a distância, e por promover cursos de graduação em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), financiada pela Capes.

Acredita-se que os elementos apresentados nas seções deste estudo corroboraram com a identificação de pontos relevantes na questão de legislações do ensino a distância, apresentando as plataformas utilizadas na EaD e sua aplicabilidade dentro da Universidade de Brasília. Além disso, demonstrou-se o potencial que essa modalidade tem para democratizar o acesso ao ensino superior, além da perspectiva de que futuramente a modalidade de ensino a distância seja ampliada na UnB.

Um ponto relevante desta pesquisa foi o estudo e a identificação das legislações encontradas sobre o ensino a distância. Esses normativos tratam sobre a inclusão de cursos superiores, as metodologias aplicadas nos planos pedagógicos, as atividades de tutorias, os ambientes virtuais de aprendizagem e, o mais importante, do uso de tecnologias na modalidade do ensino a distância.

Observa-se que a Universidade de Brasília não possui oferta exclusiva de cursos de graduação a distância. Entretanto há a parceria com a UAB, que viabiliza oferta de disciplinas na grade dos cursos em modelo semipresencial — de acordo com a Portaria do MEC nº 4.059, de 10 dezembro de 2004 — com carga horária total limitada a 20% para cursos superiores.

Comparativamente, o oferecimento desses modelos em EaD possui importância ímpar para os estudantes, como comprova a procura pelas oficinas *Moodle*, de *podcasts*, e de produção de vídeos e recursos digitais. Todavia, o ensino a distância, de modo geral, carece de resoluções específicas que regulamentem seu modelo, visto que atualmente conta apenas com normativas internas que regulam sua realização. De acordo com Martins (2006), há necessidade de uma institucionalização da EaD na universidade como um todo.

Nesse sentido e com esse propósito, está em curso, junto à Câmara de Ensino de Graduação da UnB, a discussão acerca da oferta de disciplinas não presenciais em até 40% da carga curricular de um curso, o que vai ao encontro da Portaria MEC nº 2117, de 6 dezembro de 2019. Todavia, essa alteração não modificaria o registro dos cursos, apenas possibilitando à Universidade a oferta de disciplinas na modalidade a distância. Além disso, também não expandiria a capacidade latente que a Universidade possui para fornecer cursos completos de graduação, por exemplo.

Contextualizando essa constatação com as portarias elencadas, percebe-se a necessidade de uma reforma institucional na UnB que possibilite a superação dos impeditivos que limitam a instituição a apenas oferecer os cursos de extensão para a graduação e pós-graduação, e os cursos semipresenciais viabilizados pela parceria com a UAB. Ou seja, apenas

com uma reforma seria possível a oferta de cursos de graduação na modalidade do Ensino a Distância.

A implementação de uma tabela é essencial para garantir a conformidade com os normativos vigentes e promover uma análise aprofundada dos aspectos observados. No contexto do Centro de Educação a Distância (CEAD), é fundamental identificar e avaliar os indícios de estratégias e práticas adotadas, a fim de promover melhorias e aprimorar a eficiência operacional. No entanto, a tabela também apresenta desafios estratégicos, que exigem uma abordagem cuidadosa para garantir sua eficácia e sucesso no ambiente educacional em constante evolução.

Tabela 6

Normativos vigentes	Aspecto observado	Indícios de estratégias e práticas no CEAD	Desafios estratégicos de implantação
Decreto nº 2.117/2019	40% de oferta da carga horária no PPC da Graduação. Carga Horária dos Professores. Uso das Tecnologias.	CEAD oferta cursos de extensão. Ofertas de cursos Graduação e de Pós-Graduação em EaD com parceria UAB/CAPEL.	Estabelecer novas medidas para pesquisar e promover a adoção de novas tecnologias educacionais. Desenvolver metodologias inovadoras na comunidade acadêmica.
Decreto nº 5800 – Universidade Aberta	Oferece prioritariamente cursos de licenciatura de formação inicial e básica e continuada. Amplia o acesso à Educação Superior.	Estabeleceu novas medidas para pesquisar e promover a adoção de novas tecnologias educacionais e o desenvolvimento de metodologias inovadoras na comunidade acadêmica.	Providenciar recursos tecnológicos para aprendizagem <i>online</i>

Contextualizando os normativos acima, observa-se a importância de estabelecer diretrizes para a qualidade do ensino, como avaliações e padrões de desempenho, regulação de processos de autorização, credenciamento e supervisão de instituições que oferecem cursos a distância. Isso promove garantia da proteção dos direitos dos estudantes, incluindo acesso à informação e aos recursos necessários, normatização de atividades práticas, estágios, avaliações presenciais e interação entre professores e alunos.

Em relação à infraestrutura tecnológica, é preciso garantir a disponibilidade de recursos tecnológicos adequados, como plataformas de aprendizagem *online*, sistemas de videoconferência e suporte técnico eficiente.

Para a qualificação do corpo docente, deve-se proporcionar treinamentos e capacitação para os professores em relação ao ensino a distância, metodologias pedagógicas e ferramentas tecnológicas.

Para interação e engajamento dos alunos, é preciso promover a interação entre alunos e professores, bem como o engajamento dos estudantes em atividades e discussões *online*.

No contexto de avaliação e monitoramento, deve-se estabelecer mecanismos eficazes de avaliação e monitoramento do desempenho dos alunos, bem como da qualidade dos cursos e do processo de ensino a distância.

E deve ser garantido o suporte estudantil, disponibilizando serviços de suporte estudantil *online*, incluindo tutoria, orientação acadêmica e suporte psicológico, para atender às necessidades dos alunos que estudam a distância.

Portanto, destaca-se a importância da institucionalização do Ensino a Distância dentro da Universidade. Só após essa ação é que a UnB poderá registrar algumas disciplinas na modalidade a distância, em consonância com a Portaria do MEC nº 2.117 — que possibilitou às Instituições de Ensino Superior incluir a oferta de carga horária na modalidade EaD em seu plano pedagógico nos cursos presenciais de graduação, limitando-se a 40% da carga horária total do curso.

Nesse sentido, a pesquisa conclui que esse ponto de normatização da EaD terá que ser analisado em pesquisas futuras. Mesmo com a parceria da Universidade Aberta, a Universidade de Brasília não oferece em seus processos seletivos cursos na modalidade a distância.

Além das considerações já mencionadas, é fundamental ressaltar que a implementação dessa Portaria na Universidade de Brasília (UnB) requer um extenso procedimento burocrático. Observa-se que algumas etapas podem sustentar a implementação e a adequada regularização.

O primeiro passo é a elaboração de uma resolução, que deve ser desenvolvida pelo Decanato de Ensino de Graduação (DEG) em conjunto com o Centro de Educação a Distância (CEAD). Essa resolução é um documento oficial que descreveria em detalhes as diretrizes e as especificidades da nova política proposta.

Posteriormente, essa resolução precisa ser submetida à aprovação da Câmara de Ensino e Graduação, órgão responsável por avaliar e tomar decisões sobre assuntos acadêmicos na UnB. Alternativamente, pode-se apresentá-la também ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão mais amplo composto por representantes de diferentes áreas da universidade.

Em ambos os casos, a proposta deverá ser minuciosamente analisada e debatida pelos membros desses conselhos.

Esse processo de aprovação é fundamental para garantir a participação dos diversos setores da instituição e promover a transparência nas decisões relacionadas à Portaria. A discussão entre os membros do conselho permite a consideração de diferentes perspectivas, contribuindo para um debate mais abrangente e uma tomada de decisão mais fundamentada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Educação, ambientes virtuais e interatividade. *In: SILVA, Marcos (Org.). Educação online: Teorias, práticas, legislação, formação corporativa.* 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003

ALVES, João Roberto Moreira. Educação a Distância. *In: LITTO, F. M. E FORMIGA, M. M. M. (orgs.). Educação a distância: o estado da arte.* São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10. 2011

ANDRADE, Adja; VICARI, Rosa Maria. Construindo um ambiente de aprendizagem a distância inspirado na concepção sociointeracionista de Vygotsky. *In: SILVA, Marcos (Org.). Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa.* São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil.** São Paulo: Moderna, 2006

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância.** 7. Ed – Campinas, SP: Autores Associados, 2015 – (Coleção educação contemporânea)

BIANCO, Nelia R. Del. Aprendizagem por rádio. *In*: LITTO, F. M. E FORMIGA, M. M. M. (orgs.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 6 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 6 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [2000]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República,

2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 30 maio 2023.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema Quaresma. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Vol. 2, n.º 1 (3), janeiro/julho, 2005, p. 68-80

BORBA, Rinaldo V. (org.). **Educação a Distância: múltiplas perspectivas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

CASTILHO, Ricardo. **Ensino a distância: EAD: interatividade e método**. São Paulo: Atlas, 2011.

CEAD. **Edital de abertura – Aprendizado do Terceiro Milênio – 2018**. UnB, Brasília, 2018. Disponível em: <https://cead.unb.br/editais/category/77-2018-a3m>. Acesso em: 27 abr. 2023.

CEAD. **Edital de abertura – Aprendizado do Terceiro Milênio – 2019**. UnB, Brasília, 2019. Disponível em: <https://cead.unb.br/editais/category/78-2019-a3m>. Acesso em: 27 abr. 2023.

CEAD. **Quem Somos** [2022] Disponível em: <https://cead.unb.br/cead/quem-somos>. Acesso em: 5 jan. 2023.

CEAD. **Relatório de Gestão 2020**. UnB, Brasília, 2021. Disponível em: https://cead.unb.br/images/site/1cead/transparencia/arquivos/2020_Relatorio_Gestao.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006

CÔRREA, J. O cenário atual da educação a distância. *In*: SENAC, **Curso de Especialização à distância**. E-Book. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005

CRUZ, Dulce Márcia. Aprendizagem por videoconferência. *In*: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

CRUZ, W. **Monografia: Educação a distância no Ensino Superior: autonomia e disciplina no processo de Aprendizagem**, Codó – Ma. P. 17-18. 2017

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 4. Ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2010. P. 153

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DUBET, F. Qual democratização do Ensino Superior? **Caderno GRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255, Maio/Ago 2015.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FLÔRES, Ana Luiza Zappe Desordi *et al.* Google Classroom como ambiente para a formação continuada de professores: desafios e possibilidades. **Revista Docência e Cibercultura – ReDoc**, v.5, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2021.57463> Acesso em: 27 abr. 2023

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** 4. Ed – São Paulo: Atlas, 2008

GIOLO, Jaime. **A Educação a Distância e a Formação de Professores**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995

GOMES, Candido Alberto da Costa. A legislação que trata da EAD. *In*: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

HIPOLITO, Oscar. **A expansão da educação a distância: reflexões sobre políticas públicas e desafios privados**. ABED – Associação Brasileira a Distância – 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo da Educação Superior 2020 – Principais Resultados**. Brasília, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 6 jan. 2023.

KENSKI, V. M. Novas tecnologias - O redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, 8, p. 58-71, 1998

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

LESSA, Shara Cristina Ferreira. Os reflexos da legislação de Educação a Distância no Brasil. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, 2011.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento da era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1998.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos, 2003. In: SILVA, Marcos (Org.). **Educação online: Teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003. p. 399-415

MACEDO, Bruce. Metodologias de aprendizagem em discussão na UnB. **UnB Notícias**. Brasília, 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/67-ensino/1522-metodologias-de-aprendizagem-em-discussao-na-unb>. Acesso em: 13 fev. 2023

MAIA, C.; J. MATTAR. **ABC da EaD: a Educação a Distância hoje**. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MARCILIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Instituto Braudel-Imprensa Oficial, 2005

MARCONCIN, M. A. Desenvolvimento histórico da Educação a Distância no Brasil. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta a Distância**. vol 10. 1 ed.1. p 1-7. Disponível em: <http://www.followscience.com/account/blog/article/106/desenvolvimentohistorico-da-educacao-a-distancia-no-brasil>. Acesso em: 11 jan. 2023

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, v. 30, n. 106, p. 16, 2009.

MARTINS, Luiz Roberto Rodrigues. **Educação a distância na Universidade de Brasília: uma trajetória de 1979 a junho de 2006**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

MENDONÇA, Ana Waley (org.) **Metodologia para estudo de caso**. – Palhoça: UnisulVirtual, 2014. 99 p. : il. ; 28 cm.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: Uma visão integrada**. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAN, José Manuel. Contribuições para uma pedagogia da educação online. In: SILVA, Marco (org.). **Educação online**. São Paulo, Loyola, 2003.

MORAN, José Manuel; MASETTO, M.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação).

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2019.

MOTA, Ronaldo. A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MUGNOL, M. A Educação a Distância no Brasil: Conceitos e Fundamentos. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009

NAVARRO, Maria Izabel Mello. **Educação a distância para servidores públicos com uso do Moodle: uma investigação em uma instituição de ensino superior**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12236>. Acesso em: 3 fev. 2023.

NISKIER, Arnaldo. **Educação à Distância – A tecnologia da esperança**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999.

OLIVEIRA, M.M. As Origens da Educação no Brasil: Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino Rio de Janeiro. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 12, n. 45 p. 947, out/dez 2004.

PALHARES, Roberto. Aprendizagem por Correspondência. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

RAMAL, Andrea Cecília. Educação com Tecnologias digitais: uma revolução epistemológica em mãos do desenho instrucional. In: SILVA, Marco (org.). **Educação online**. São Paulo, Loyola, 2003.

RIBEIRO, Celina Ferreira e HIRANO, Francisco W. M. Plácido. Educação a distância. **Revista Científica da Ajes**, v. 2, n. 5, 2011.

RIBEIRO, Francisco Adelson Alves. **Moodle e as novas formas do Aprender**. IFMA, Povoado Poraquê, S/N-Zona Rural-Codó-Ma, 2010.

RODRIGUES, M. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <http://www.vestibular.br/brasilecola.com/ensino-distancia/universidade-aberta-brasil.htm>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SACCOL, A.; SCHLEMMER, E.; BARBOSA, J. **M-learning e u-learning: novas perspectivas da aprendizagem móvel e ubíqua**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

SANTOS, Katia Silva. Políticas Públicas Educacionais No Brasil: Tecendo Fios. In: ANPAE. **25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, de 26 de abril a 30 de abril de 2011 – São Paulo

SCHENKEL, Maria Hermínia Benincá; MARÇAL, Mônica; UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. **Metodologia da educação a distância I : caderno pedagógico**. Florianópolis: DIOESC, UDESC/CEAD, 2013.

SELWYN, Neil. O Uso das TIC na Educação e a Promoção de Inclusão Social: Uma Perspectiva Crítica do Reino Unido. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 835, out. 2008

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.) *et al.* **Educação superior no Brasil**. Capes/ Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC/Unesco – Caracas, Porto Alegre, nov. 2002.

SOUZA, A. C.; BRANDALISE, M. A. T. Política de Cotas e Democratização do Ensino Superior: a visão dos implementadores. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP. v. 3, n. 3, p. 517, set/dez. 2017.

TRINDADE, S. P.; FRANÇA, R. L. In: A Educação à Distância no Brasil: uma abordagem introdutória sobre este fenômeno. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia – MG, v. 13, n. 1, p. 122-123, 2004/2005

TORI, Romero. **Educação sem distância**: as tecnologias interativas na redução de distância e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **A UnB**. [2020]. Disponível em: <https://unb.br/institucional/a-unb> Acesso em: 13 fev. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Anuário Estatístico da UnB - 2018**: Período 2013 a 2017. UnB, Brasília, 2018. Disponível em: https://dpo.unb.br/images/phocadownload/unbemnumeros/anuarioestatistico/Anurio_Estatstico_2018.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Anuário estatístico UnB - 2020**: ano-base 2019. UnB, Brasília, 2020. Disponível em: <https://anuario-estatistico-unb-2020.netlify.app/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Anuário Estatístico da UnB - 2019**: Período 2014 a 2018. UnB, Brasília, 2019. Disponível em: <https://dpo.unb.br/images/phocadownload/unbemnumeros/anuarioestatistico/AnuarioEstatistico2019.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Anuário estatístico da UnB - 2021:** ano-base 2020. UnB, Brasília, 2021. Disponível em: <https://anuario2021.netlify.app/index.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Anuário estatístico da UnB – 2022:** ano-base 2021. UnB, Brasília, 2022. Disponível em: <https://anuario2022.netlify.app/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Estatuto e Regimento Geral.** UnB, Brasília, 2023. Disponível em: https://unb.br/images/Documentos/Estatuto_e_Regimento_Geral_UnB.pdf. Acesso em: 3 maio 2023.

VALENTE, José Armando. **Educação a distância:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011 (Coleção pontos e contrapontos).

VALENTE, José Armando; FREIRE, Fernanda Maria Pereira; ARANTES, Flávia Linhalis (orgs.). **Tecnologia e educação [recurso eletrônico]:** passado, presente e o que está por vir. Campinas, SP: NIED/UNICAMP, 2018

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 4ª edição, 2010.

XANTHOPOYLOS, Stavros Panagiotis. **A Educação na Era Digital:** A Nova Visão e o Papel da EaD. Associação Brasileira de Educação a Distância. 2018.

ZUFFO, Marcelo Aprendizagem por meio de ambientes de realidade virtual In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (orgs.). **Educação a distância:** o estado da arte. São Paulo: Pèarson Education do Brasil, 2009

ANEXO

Transcrição da entrevista concedida pela Diretora do CEAD, Prof.^a Letícia Lopes Leite

Local: CEAD/UnB – *Campus* Darcy Ribeiro, Brasília/DF.

Em: 11/4/2023

Início: 8:45

Término: 9:35

1ª pergunta: O censo dos últimos anos demonstrou uma evolução da EAD no Brasil. Considerando a oferta de vagas pelo CEAD, esta tendência de aumento foi percebida nos últimos cinco anos? Como você vê esse resultado?

Resposta: Sim, foi percebida nos últimos cinco anos, sobretudo depois desses últimos dois anos, três anos, depois da pandemia e a gente percebe essa ampliação das vagas e da procura, principalmente em função da melhor qualidade das redes de computadores, da disseminação da *internet*. Hoje é muito mais fácil as pessoas terem uma *internet* de qualidade do que há 5 anos atrás, isso facilita sem dúvida o acesso a cursos a distância. Há necessidade de qualificação profissional, então quando a gente tem uma queda no número de empregos também a gente tem uma contrapartida de uma ampliação de busca por esses cursos para qualificação profissional, para que esses profissionais possam se reinserir no mercado. A pandemia, sem dúvida nenhuma, intensificou muito, porque as pessoas se viram obrigadas a usar tecnologia e começaram a entender a tecnologia como um aliado. E, por conseguinte, educação à distância como uma forma de aprimoramento profissional de qualificação e aí isso gera uma busca maior pelos cursos a distância. Além disso a gente tem o fomento do governo para essa ampliação. Por exemplo, o programa Universidade Aberta do Brasil que abriu edital em 2017. Nós tivemos na UnB ingresso em 2019, 2020, de 1300 estudantes. Em 2022 eles abriram novamente o edital e aí tivemos aprovados 1060 vagas de graduação, mais mil vagas de pós-graduação. Nesse ano tivemos mais 350 vagas de pós-graduação, então a gente vê que também tem uma disponibilidade do governo em fomentar essas ofertas, porque entende que em algumas localidades é a única forma de se ter essa qualificação. Hoje nós temos polos, por exemplo no Acre, que só podem ter acesso a esses cursos a partir da educação a distância porque seria muito difícil, se não impossível, ter um conjunto de professores de um curso de graduação que vá até uma localidade tão distante, muitas vezes para formar um número pequeno de estudantes, então a educação a distância traz e viabiliza essas formações.

2ª: De acordo com a literatura pesquisada, o EAD pode dar uma importante contribuição à educação ao ampliar o potencial de acesso dos brasileiros à universidade. Vantagem especialmente percebida em estados e municípios com maior dificuldade de mobilidade para os estudantes. O CEAD possui iniciativa voltada a atender tais discentes ou observa o ingresso de estudantes advindo de municípios geograficamente distantes?

R: Assim, como eu falei no próprio Acre, né! Nós temos no Acre, em algumas localidades da região sudeste também, região norte, região sudeste, até região centro-oeste. A ideia é sempre oferecer cursos pra essa população que é menos favorecida em questão financeira e também de acesso propriamente geográfico. Então nós temos os cursos do programa Universidade Aberta do Brasil. Hoje nós temos, atualmente sendo ofertados, oito cursos de graduação e quatro de pós-graduação. Mais três de pós-graduação vão ser ofertados até 2024, e temos, agora em 2023, mais sete cursos de graduação. Isso em nível superior. Temos ainda vários cursos de formação para EAD, cursos de extensão que nós oferecemos na cartela tradicional do CEAD e que têm vagas liberadas. Por serem ações de extensão, têm vagas disponibilizadas para a comunidade, independente da localidade em que esteja. Um curso que é muito procurado é o de formação para produção de vídeos. Esse curso nós disponibilizamos a estudantes de todo o Brasil. É um curso de extensão com carga horária bem reduzida e temos estudantes de todo o Brasil que buscam uma oferta contínua de curso de formação de tutores também. Então é uma das nossas frentes de trabalho, essa constituição de rol de informações que possam atender essa comunidade carente.

3ª: Um dos aspectos mencionados na literatura é a inclusão social promovida pela EAD, uma vez que beneficia pessoas com necessidades especiais que têm dificuldade de locomoção. Qual a parcela de matriculados no CEAD com tais necessidades? Observa-se maior inclusão social dessa parcela de estudantes com a ampliação do acesso remoto às aulas e cursos?

R: Bom, nós não temos o quantitativo para essa informação nos cursos de extensão. Nós não temos essa informação, o cadastro é feito pelo nosso SIGAA e nós não temos essa informação. Na extensão, na graduação e na pós-graduação existe um trabalho da Diretoria de Acessibilidade, que promove essa identificação, no sistema desses estudantes, só que essa identificação fica disponível apenas para as unidades acadêmicas. O CEAD é uma unidade administrativa, então nós não temos. Porém, como é uma frente de trabalho do CEAD e da Universidade, nós temos uma equipe que nos dá esse apoio para que as aulas sejam traduzidas em Libras, para que a gente tenha audiodescrição nas nossas postagens. Também nós oferecemos formação para atender, para que exista Acessibilidade, para que os professores

possam desenvolver recursos que atendam às necessidades educativas específicas dos estudantes. Nós no ano passado, não, em 2021 nós lançamos o primeiro Guia de Acessibilidade para o desenvolvimento de materiais digitais, então é uma frente de trabalho que nós temos como prioridade nas nossas atividades de formação. A aula inaugural, por exemplo, da semana retrasada, as *Lives*, todas elas são traduzidas em Libras. Então a gente tem todo um cuidado para atender esse aluno, porque a gente sabe também que muitas vezes esse aluno não se identifica como portador de necessidade educativa específica, então nós tentamos trabalhar de forma pró-ativa né, não reativa. Mesmo que esse aluno não se identifique, nós oferecemos um material que possa ser adequado para alguma especificidade que ele tenha.

4ª: Ainda quanto aos aspectos de inclusão social. Dependendo das necessidades especiais o estudante também necessita de adaptação curricular. Há um processo de análise de adaptação curricular pelo CEAD, visando atender pessoas com deficiência?

R: Como nós não somos unidade acadêmica, nós não oferecemos cursos de graduação e especialização. Essas [adaptações] são feitas pelas unidades acadêmicas, então essa adaptação curricular acontece lá na unidade acadêmica, quando eles pensam no currículo, quando eles analisam o perfil dos estudantes. Como eu disse, nós temos um processo contínuo de produção de materiais acessíveis, que é nossa frente de trabalho, porém a questão de currículo é atendida pelas unidades acadêmicas. Como nós temos cursos de extensão, nesses cursos de extensão são pensados como são atendidos e quais requisitos desses estudantes, mas são cursos pequenos. Esses cursos maiores, que têm um impacto maior no processo da educação curricular, tendo em vista essas necessidades educativas específicas, eles são pensados gestados nas unidades acadêmicas, junto com o pessoal da Diretoria de Acessibilidade.

5ª: Considerando ainda a inclusão. Quais os índices de evasão de estudantes com necessidades especiais matriculados no CEAD? Esses índices são maiores ou menores comparativamente aos estudantes que não necessitam de atenção especial?

R: Nesse caso nós não temos esse dado, mas em comparação a outras instituições a nossa atende uma parcela desses estudantes com maior atenção, principalmente por ter esse conjunto de ações que têm uma parceria muito forte com a Diretoria de Acessibilidade. Então nós permanentemente trabalhamos com a Diretoria de Acessibilidade para desenvolver materiais que possam atender esses estudantes, mas não temos esse dado em específico.

6ª: De acordo com a literatura, as organizações de ensino limitam-se a transpor para o ensino virtual o conteúdo do ensino presencial (aula multiplicada ou disponibilizada). Há um

predomínio de interação virtual fria (formulários, rotinas, provas, *e-mail*) com alguma interação *on-line* (pessoas conectadas ao mesmo tempo, em lugares diferentes). Como o CEAD trata a questão da adaptação do ensino presencial ao virtual? São desenvolvidos conteúdos e abordagens próprias para o EAD?

R: Sim, obviamente são, até porque é uma obrigação na educação à distância. A sua própria definição já diz que nós precisamos ter materiais e metodologias adequadas à modalidade. Como é que nós fazemos isso? Nós fazemos formação de professores, formação de tutores, sempre com o objetivo de sair de uma prática pedagógica para os recursos. Então isso faz toda diferença e a prática pedagógica está diretamente relacionada à modalidade; quando o professor pensa em uma atividade a ser trabalhada, numa dinâmica de trabalhar em sala de aula, ele vai focar naquele estudante, na modalidade em que ela vai ser realizada, e traz o uso da tecnologia para que isso seja atendido. Então a gente sempre trabalha nas nossas formações essa perspectiva de olhar para a modalidade, de desenvolver o material para aquela modalidade, atendendo as especificidades do estudante, porque muitas vezes eu tenho que atender estudantes que têm características muito diversas. O cara lá que está no Acre, que tem uma *internet* muito limitada, e o cara que está em São Paulo, por exemplo, que possui uma *internet* que tenha maior qualidade. Então eu não posso, por exemplo, disponibilizar um vídeo de 15 minutos porque o aluno do Acre não vai conseguir ter acesso em função daquela infraestrutura mais lenta, talvez mais ou menos, enfim, inferior aquele pessoal de São Paulo. Então isso são condições que precisam estar sempre presentes quando o professor pensa nas práticas pedagógicas. Isso a gente trabalha muito nas nossas formações, a recomendação, a orientação de que o professor pense na modalidade e que a EAD não seja uma transposição do presencial, porque isso não é uma educação a distância.

7ª: A educação a distância proporciona comunicação, interação, contudo a separação física favorece o distanciamento entre professores e alunos e entre estes. Qual a taxa de desistência de alunos que os cursos do CEAD apresentam?

R: Bom, cursos de graduação e de pós-graduação começaram agora, então na graduação a gente tem uma taxa de 30% a 40% de desistência; e 45% em alguns cursos. É uma taxa grande, mas é uma taxa que está e é comum entre as instituições que oferecem educação à distância. Depois da pandemia — é até algo que a gente não imagina — mas depois da pandemia os cursos a distância tiveram um aumento das taxas de evasão, porque as condições das pessoas mudaram né. As pessoas perderam emprego, as pessoas têm outras colocações, têm uma rotina diferente. Então não só o presencial foi afetado com a pandemia, no sentido da evasão, mas também a

educação a distância. Então a gente tem mais ou menos isso, 30%, 40%, 45%. É uma taxa que varia nessas proporções.

8ª: Ainda sobre a taxa de desistência, há dados de evasão justificados pela qualidade ou capacidade da banda larga que impedem o acesso ao conteúdo ou aulas?

R: Bom, nós temos isso e nós estudamos a evasão mas não é só isso. É unânime em todos os pesquisadores da área que o uso de tecnologias podem ter um impacto tanto positivo quanto negativo na evasão. Então, usar bem a tecnologia, atendendo às especificidades dos estudantes, a tecnologia tende a gerar uma maior permanência dos estudantes mas são vários fatores, né. A gente sabe que não é só o uso de tecnologia. Em contrapartida uma tecnologia, que muitas vezes exige infraestrutura que o aluno não disponha, vai levar ele a evadir. Uma reflexão que a gente tem que fazer mas não tem um dado. Digo, olhar a tecnologia é um fator que determina a evasão nesse curso, não porque é um conjunto de fatores.

9ª: Considerando ainda que a interação EAD é estabelecida de maneira fisicamente distante. Como o CEAD trabalha a interação dos atores educacionais? Há uma iniciativa que busque garantir a integração e vise a mitigação dos impactos negativos do tratamento unicamente online?

R: Sim, nós temos. Infelizmente a gente não tem como dar conta de estar presente sempre em todos os polos, mas nos nossos cursos de graduação e pós-graduação nós temos feito um movimento que é de visita aos polos. Então, quando nós temos uma equipe da UnB que vai até um polo distante, para um aluno fica mais concreta a Universidade. Então ali nós temos uma equipe que representa a instituição, nós temos uma proximidade muito grande com os coordenadores de polo, pois eles nos representa num polo distante, são quem representa a Universidade de Brasília. Então a gente tem uma interação muito próxima. Mas tem um entendimento dessa necessidade, então oferecemos formação para esses coordenadores, oferecemos formação para os tutores, as visitas aos polos presenciais, as aulas presenciais que sempre acontecem em todos os cursos de graduação. Os coordenadores vão, as equipes dos cursos vão até os polos e em todos os polos, independentemente de onde eles estejam, as nossas equipes vão, justamente porque a gente sabe que é um momento que é muito importante para aquele estudante EAD. Um momento de concretizar a Universidade, realmente sair do *on-line*, está presente ali a Universidade de Brasília.

10^a: O processo de adaptação ao EAD pode gerar incômodos aos professores que antes atuavam unicamente em sala de aula presencial. Como o CEAD lida com tais docentes que estão passando por este processo? Há iniciativas para que estes passem por uma mais natural?

R: Sim, nós temos formações e eu sempre entendo como uma necessidade de formação. Durante a pandemia isso foi muito mais intenso, porque é uma quantidade de pessoas que não usavam a tecnologia. Era muito maior, mas ainda assim a gente tem. Nós temos cursos introdutórios para uso das dos ambientes virtuais, cursos introdutórios para outras ferramentas para o ensino. Para a aprendizagem temos ambientações, temos cursos de formação de professores e de tutores. Então nós sempre buscamos dar condição de um melhor trabalho a partir da formação. Claro que a tecnologia é mais qualificada, então nós tivemos a atualização do nosso ambiente virtual. Essa atualização do ambiente virtual vai fazer com que ele seja mais fácil de ser utilizado por aquela pessoa que não tem a rotina de usar essa tecnologia, ela vai se sentir mais à vontade. Aquele que tem uma necessidade, que precisa ter um apoio maior, nós temos uma equipe de atendimento aqui que recebe os professores, os tutores, e dá um atendimento tanto presencial quanto a distância para o uso de tecnologias. Temos formações numa cartela de cursos que acontece anualmente em nossa universidade, oferecidos pelo CEAD. Então é um conjunto de ações que vão dar conta desse, não só daquela pessoa que está muito distante da tecnologia, mas da pessoa que quer trabalhar numa modalidade a distância, que quer usar tecnologia com mais qualidade nas suas aulas. Então infraestrutura de ambiente virtual, recursos de formação e equipe de apoio, eu diria que esses são os pilares.

11^a: Ainda quanto a adaptação docente. Como o CEAD tem observado mudanças metodológicas para o ensino a distância? Quais as mudanças têm se observado nos professores e como tem sido a recepção dos alunos?

R: Acho que os professores estão mais atentos às necessidades dos estudantes, então estamos mais atentos. Eles têm um olhar para o planejamento da sua aula que já é diferenciado. A gente sempre tenta optar em fazer atividades que têm em conta mostrar pro professor como é que é a realidade dessas localidades, como é que é a realidade dos outros cursos, como é que a gente pode desenvolver estratégias para que eles sejam melhores atendidos. Então eu acho que isso gera no professor uma necessidade de não só mais olhar pro estudante, mas fazer uma reflexão sobre aquela proposta metodológica, que impacto pode ter aquele perfil de estudante, aquela infraestrutura, para dar uma melhor condição pra aula. Então a gente tem observado que os professores eles estão mais disponíveis, mais abertos aos alunos.

12^a: Na sua percepção, de maneira geral, quais os principais desafios encontrados no desenvolvimento da EAD na UnB?

R: Eu acho que é a institucionalização. A gente fala tanto de fazer com que a EAD seja institucionalizada, de que ela faça parte da UnB, da oferta tradicional. Hoje a EAD e os cursos de graduação acontecem a partir de fomento da Capes. A gente precisa ter uma comunidade que conheça mais a modalidade, que tenha uma menor resistência à modernidade. A gente ainda tem uma comunidade bastante resistente, e eu acho que esse é o principal desafio: fazer uma EAD de qualidade. Então essa resistência vai sendo quebrada, mas a gente tem que oferecer um trabalho de qualidade, para que não aconteça aquela situação que aconteceu muitos anos atrás, quando na educação a distância no Brasil qualquer coisa podia ser oferecida. Isso gerou um preconceito à modalidade, em função de um mau serviço que foi oferecido.

13^a: Qual a expectativa futura para essa modalidade dentro da UnB? Como você a percebe?

R: Bom, primeiro a expectativa é a institucionalização de uma resolução para oferta dos 40% a distância entre os cursos presenciais. Isso é a primeira delas. A outra é ter uma cartela de cursos da universidade — graduação principalmente, pois pós-graduação já tem —, e mais cursos de graduação que possam ser oferecidos à distância. Aí a gente ter dentro da nossa cartela tradicional de cursos a oferta de cursos a distância, porque é uma tendência mundial cursos de graduação à distância. Ficar fora dessa perspectiva de futuro é ruim para a Universidade, que tem característica inovadora. Ela também precisa inovar nos seus processos de ensino e aprendizagem, na modalidade de oferta, então a gente entende que o primeiro passo é a resolução dos 40%, e depois ter carga horária docente reconhecida e a oferta dentro da cartela de cursos da Universidade desses cursos à distância.